



# Demonstrações Financeiras **Consolidadas**

**30 de junho de 2019**

**REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.**

## ÍNDICE

<b>1. DESEMPENHO FINANCEIRO</b>	<b>2</b>
1 RESULTADOS DO 1º SEMESTRE DE 2019	2
2 RAB MÉDIO E INVESTIMENTO	5
3 PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS DO GRUPO REN	6
4 DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA O PERÍODO INTERCALAR ENTRE 1 DE ABRIL E 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018	8
<b>2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS</b>	<b>10</b>
<b>3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2019</b>	<b>15</b>
1 INFORMAÇÃO GERAL	15
2 BASES DE APRESENTAÇÃO	18
3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	18
4 INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS	21
5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS	24
6 GOODWILL	28
7 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS	28
8 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	30
9 CLASSIFICAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS	34
10 INVESTIMENTOS EM INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO A JUSTO VALOR POR OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL	36
11 CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER	37
12 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS	38
13 CAIXA E SEUS EQUIVALENTES	41
14 CAPITAL SOCIAL, AÇÕES PRÓPRIAS E PRÉMIO DE EMISSÕES DE AÇÕES	42
15 RESERVAS E RESULTADOS ACUMULADOS	42
16 EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	43
17 OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS DE REFORMA E OUTROS	45
18 PROVISÕES PARA OUTROS RISCOS E ENCARGOS	46
19 FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR	46
20 VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	47
21 RENDIMENTOS E GASTOS DE CONSTRUÇÃO	47
22 OUTROS RENDIMENTOS OPERACIONAIS	48
23 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	48
24 GASTOS COM PESSOAL	49
25 OUTROS GASTOS OPERACIONAIS	49
26 GASTOS DE FINANCIAMENTO E RENDIMENTOS FINANCEIROS	50
27 CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA SOBRE O SETOR ENERGÉTICO	50
28 RESULTADO POR AÇÃO	51
29 DIVIDENDOS POR AÇÃO	51
30 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES	51
31 PARTES RELACIONADAS	52
32 EVENTOS SUBSEQUENTES	55

## 1. DESEMPENHO FINANCEIRO

### 1 RESULTADOS DO 1º SEMESTRE DE 2019

No primeiro semestre de 2019, o resultado líquido do Grupo REN ascendeu a 51,1 milhões de Euros, um decréscimo de 1,8 milhões de Euros (-3,3%) face ao período homólogo do ano anterior. Esta evolução é maioritariamente explicada pela redução de 5,9 milhões de Euros no EBITDA do negócio de Transporte de Eletricidade e Gás Natural (-5,1 milhões de Euros em EBIT) devido à redução dos juros da dívida portuguesa e consequente redução da taxa de remuneração dos ativos regulados. Por outro lado, destaca-se a evolução positiva do EBITDA do negócio de Distribuição de Gás Natural, que registou um crescimento de 0,8 milhões de Euros (+0,5 milhões de Euros no EBIT), o bom desempenho do resultado financeiro que aumentou 0,5 milhões de Euros, e a redução de 1,0 milhões de Euros na Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético (refletindo a redução da base de ativos sobre a qual o imposto incide).

Importa referir ainda que, a Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético continua a refletir-se nos resultados de 2019, à semelhança dos anos anteriores (24,4 milhões de Euros em 2019 e 25,4 milhões de Euros em 2018<sup>1</sup>).

O investimento do Grupo cresceu 26,5% (+10,5 milhões de Euros) situando-se nos 49,9 milhões de Euros, e as transferências para RAB aumentaram 30,5 milhões de Euros face aos primeiros 6 meses de 2018 para os 49,9 milhões de Euros. O RAB médio apresentou um decréscimo de 117,0 milhões de Euros (-3,0%), situando-se nos 3.738,2 milhões de Euros.

O custo médio de financiamento ascendeu a 2,2%, uma redução de 0,04p.p. quando comparado com o período homólogo do ano anterior, e a dívida líquida situou-se nos 2.638,7 milhões de Euros, uma redução de 1,8% (-48,0 milhões de Euros) face ao mesmo período do ano anterior.

<b>Principais Indicadores</b> (milhões de Euros)	<b>Junho 2019</b>	<b>Junho 2018</b>	<b>Var.%</b>
EBITDA	247,4	252,4	-2,0%
Resultado financeiro <sup>2</sup>	-26,9	-27,3	1,7%
Resultado líquido <sup>1</sup>	51,1	52,8	-3,3%
Resultado líquido recorrente	75,5	78,4	-3,8%
Capex total	49,9	39,4	26,5%
Transferências para RAB <sup>3</sup> (a custos históricos)	49,9	19,3	158,0%
RAB médio (a custos de referência)	3 738,2	3 855,2	-3,0%
Dívida líquida	2 638,7	2 686,7	-1,8%
Custo médio da dívida	2,2%	2,3%	0,0p.p.

<sup>1</sup> A Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético foi reconhecida integralmente no primeiro trimestre de 2019 e 2018, de acordo com as recomendações da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

<sup>2</sup> O custo líquido de 0,1 milhões de Euros a junho de 2019 e 0,4 milhões de Euros a junho de 2018 decorrente dos Leilões de capacidade na interligação elétrica entre Espanha e Portugal - denominado FTR (*Financial Transaction Rights*), foram reclassificados de resultados financeiros para Proveitos.

<sup>3</sup> Inclui aquisições diretas (RAB *related*).

## Resultado operacional – EBITDA

### Negócio de Transporte de Eletricidade e Gás Natural

O EBITDA do primeiro semestre de 2019, situou-se nos 225,3 milhões de Euros, um decréscimo de 2,5% (5,9 milhões de Euros) face ao período homólogo do ano anterior.

<b>EBITDA - TRANSPORTE</b> (MILHÕES DE EUROS)	<b>Junho</b> <b>2019</b>	<b>Junho</b> <b>2018</b>	<b>VAR.%</b>
<b>1) Proveitos de Ativos</b>	<b>203,0</b>	<b>207,5</b>	<b>-2,2%</b>
Remuneração do RAB	82,0	87,6	-6,3%
Remuneração de terrenos	0,0	0,1	-100,0%
Renda dos terrenos da zona de proteção	0,3	0,4	-1,2%
Incentivo à racionalidade económica dos investimentos	12,5	10,8	15,8%
Recuperação de amortizações (líquidas de subsídios ao investimento)	99,2	99,6	-0,5%
Amortização dos subsídios ao Investimento	8,9	9,0	-0,7%
<b>2) Proveitos de Opex</b>	<b>55,3</b>	<b>52,8</b>	<b>4,7%</b>
<b>3) Outros proveitos</b>	<b>12,2</b>	<b>13,0</b>	<b>-6,4%</b>
<b>4) TPE's (capitalizados no Investimento)</b>	<b>8,3</b>	<b>7,8</b>	<b>7,5%</b>
<b>5) Rendimentos de construção (excl. TPE's capitalizados no investimento) - Ativos Concessionados</b>	<b>32,3</b>	<b>22,9</b>	<b>41,2%</b>
<b>6) OPEX</b>	<b>53,3</b>	<b>49,7</b>	<b>7,4%</b>
Custos com Pessoal <sup>4</sup>	26,2	24,9	5,5%
Custos Externos	27,1	24,8	9,3%
<b>7) Gastos de Construção - Ativos Concessionados</b>	<b>32,3</b>	<b>22,9</b>	<b>41,2%</b>
<b>8) Provisões</b>	<b>0,0</b>	<b>0,1</b>	<b>n.m.</b>
<b>9) Imparidades</b>	<b>0,2</b>	<b>0,2</b>	<b>0,0%</b>
<b>10) EBITDA (1+2+3+4+5-6-7-8-9)</b>	<b>225,3</b>	<b>231,2</b>	<b>-2,5%</b>

A contribuir para a evolução desfavorável do EBITDA esteve:

- A redução de 5,6 milhões de Euros (-6,3%) na remuneração da base de ativos regulada, explicada por:
  - Redução de 3,7 milhões de Euros na remuneração dos ativos regulados do setor de transporte de eletricidade, refletindo (i) a redução na taxa de remuneração (RoR) base de 5,2% em junho de 2018 para 5,0% em junho de 2019, em virtude da redução verificada nas taxas de juro das Obrigações do Tesouro da República Portuguesa a 10 anos e (ii) da redução de 68,1 milhões de Euros (-3,2%) no RAB médio;
  - Redução de 1,8 milhões de Euros na remuneração dos ativos regulados do setor de transporte de Gás Natural, como resultado (i) da redução na taxa de remuneração (RoR) base de 5,5% em junho de 2018 para 5,4% em junho de 2019, refletindo a redução verificada nas taxas de juro das Obrigações do Tesouro da República Portuguesa a 10 anos e (ii) da redução de 45,0 milhões de Euros (-4,3%) no RAB médio.
- O aumento do Opex em 3,7 milhões de euros (+7,4%), dos quais +1,4 milhões de euros em custos *pass-through* (custos não core), +1,4 milhões de euros em custos com pessoal e +0,9 milhões de euros em custos externos core.

<sup>4</sup> Inclui custos com formação e seminários

Por outro lado, destacam-se os seguintes efeitos positivos:

- O aumento de 2,5 milhões de Euros (+4,7%) nos Proveitos de Opex, refletindo em parte o aumento dos custos *pass-through*;
- O aumento de 1,7 milhões de Euros (+15,8%) no Incentivo à Racionalização Económica dos Investimentos.

#### Negócio de Distribuição de Gás Natural

O EBITDA do primeiro semestre de 2019, situou-se nos 22,0 milhões de Euros, um aumento de 3,7% (0,8 milhões de Euros) face ao período homólogo do ano anterior.

A contribuir favoravelmente para a evolução do EBITDA esteve:

- A redução de 3,3 milhões de Euros no opex (-29,4%), refletindo a redução de 0,3 milhões de Euros em custos com pessoal e -3,0 milhões de Euros em custos externos, dos quais -1,4 milhões de euros em custos *pass-through*. A redução registada nos custos externos resulta parcialmente da ausência de custos com o negócio de GPL em 2019 resultante da venda deste negócio em julho de 2018.

Por outro lado, a compensar estes efeitos esteve:

- A redução de 1,4 milhões de euros nos Proveitos de Opex (-13,4%), que resultou essencialmente da redução de 1,4 milhões de Euros nos custos *pass-through*;
- A redução de 1,6 milhões de Euros registada em outros proveitos, fruto da ausência de proveitos do negócio de GPL em 2019 resultante da venda deste negócio em julho de 2018.

<b>EBITDA - DISTRIBUIÇÃO</b> (MILHÕES DE EUROS)	<b>Junho</b> <b>2019</b>	<b>Junho</b> <b>2018</b>	<b>VAR.%</b>
<b>1) Proveitos de Ativos</b>	<b>20,1</b>	<b>19,7</b>	<b>2,0%</b>
Remuneração do RAB	13,4	13,4	-0,2%
Recuperação de amortizações (líquidas de subsídios ao investimento)	6,8	6,3	6,9%
<b>2) Proveitos de Opex</b>	<b>8,7</b>	<b>10,1</b>	<b>-13,4%</b>
<b>3) Outros proveitos</b>	<b>0,0</b>	<b>1,6</b>	<b>-98,9%</b>
<b>4) TPE's (capitalizados no Investimento)</b>	<b>1,2</b>	<b>1,1</b>	<b>9,9%</b>
<b>5) Rendimentos de construção (excl. TPE's capitalizados no investimento) - Ativos Concessionados</b>	<b>8,0</b>	<b>7,5</b>	<b>6,7%</b>
<b>6) OPEX</b>	<b>8,0</b>	<b>11,3</b>	<b>-29,4%</b>
Custos com Pessoal <sup>5</sup>	2,3	2,6	-12,0%
Custos Externos	5,7	8,7	-34,7%
<b>7) Gastos de Construção - Ativos Concessionados</b>	<b>8,0</b>	<b>7,5</b>	<b>6,7%</b>
<b>8) Provisões</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>n.m.</b>
<b>9) Imparidades</b>	<b>0,0</b>	<b>-0,1</b>	<b>-100,0%</b>
<b>10) EBITDA (1+2+3+4+5-6-7-8-9)</b>	<b>22,0</b>	<b>21,2</b>	<b>3,7%</b>

<sup>5</sup> Inclui custos com formação e seminários

## Resultado líquido

No primeiro semestre de 2019, o resultado líquido situou-se nos 51,1 milhões de Euros, um decréscimo de 1,8 milhões de Euros (-3,3%) face ao mesmo período do ano anterior. Esta evolução refletiu a redução de 5,1 milhões de Euros no EBITDA do Grupo (-2,0%), impactado pela redução no negócio de Transporte de Eletricidade e Gás Natural (-5,9 milhões de Euros), apesar da evolução positiva do negócio de Distribuição de Gás Natural (+0,8 milhões de Euros). Este efeito foi parcialmente compensado pelo aumento de 0,5 milhões de Euros do resultado financeiro (+1,7%), para o qual contribuiu a redução da dívida líquida para 2.638,7 milhões de Euros (-48,0 milhões de Euros; -1,8%) e do custo médio da dívida para 2,2% (-0,04p.p), e pela redução de 1,0 milhões de Euros na Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético, refletindo a redução da base de ativos sobre a qual incide o imposto.

Quando expurgado de efeitos não recorrentes, o Resultado Líquido Recorrente dos primeiros 6 meses de 2019 apresentou um decréscimo de 3,0 milhões de Euros (-3,8%). Os itens não recorrentes considerados nos primeiros 6 meses de 2019 e 2018 são os seguintes:

- i) Em 2019: i) Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético definida no Orçamento de Estado para 2019 (24,4 milhões de Euros);
- ii) Em 2018: i) Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético definida no Orçamento de Estado para 2018 (25,4 milhões de Euros) e ii) custos decorrentes dos processos de venda da REN Portgás GPL (0,3 milhões de Euros, 0,2 milhões de Euros após efeito fiscal) que foi concluída em julho de 2018.

<b>RESULTADO LÍQUIDO</b> (MILHÕES DE EUROS)	<b>Junho</b> <b>2019</b>	<b>Junho</b> <b>2018</b>	<b>VAR.%</b>
<b>EBITDA</b>	<b>247,4</b>	<b>252,4</b>	<b>-2,0%</b>
Depreciações e amortizações	117,2	117,7	-0,4%
Resultado financeiro	-26,9	-27,3	1,7%
Imposto do Exercício	27,9	29,2	-4,8%
Contribuição Extraordinária s/ Setor Energético <sup>6</sup>	24,4	25,4	-4,0%
<b>Resultado Líquido</b>	<b>51,1</b>	<b>52,8</b>	<b>-3,3%</b>
Itens não recorrentes	24,4	25,6	-4,8%
<b>Resultado Líquido Recorrente</b>	<b>75,5</b>	<b>78,4</b>	<b>-3,8%</b>

## 2 RAB MÉDIO E INVESTIMENTO

No primeiro semestre de 2019, o investimento ascendeu a 49,9 milhões de Euros, um crescimento de 26,5% (+10,5 milhões de Euros) face ao mesmo período do ano anterior, e as transferências para RAB situaram-se nos 49,9 milhões de Euros, um aumento de 30,5 milhões de Euros.

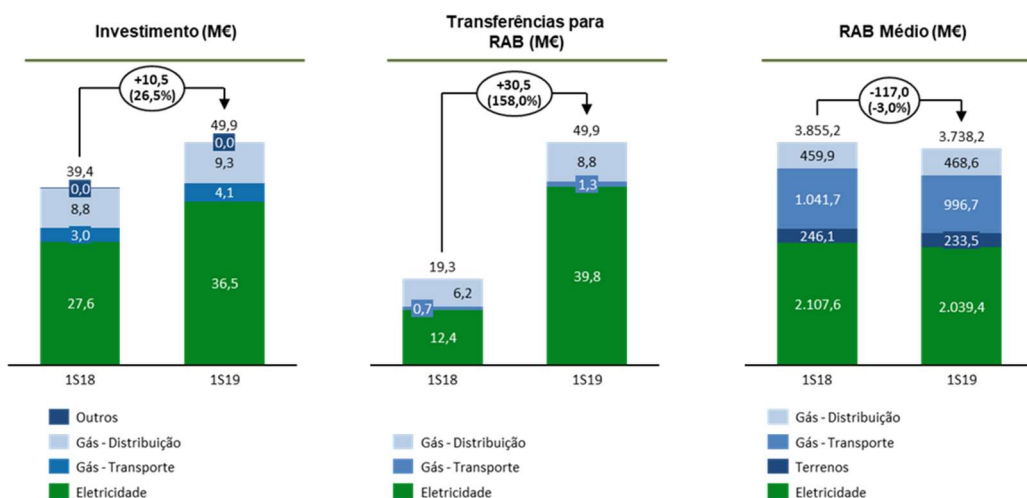
No setor da eletricidade, o investimento ascendeu a 36,5 milhões, um aumento de 32,4% (8,9 milhões de Euros) face ao mesmo período de 2018, destacando-se o investimento realizado no projeto de construção do cabo submarino para ligação à rede da central eólica offshore (Windfloat) na zona piloto de Viana do Castelo (7,4 milhões de Euros) e na remodelação/uprating de linhas (11,1 milhões de Euros). As transferências para RAB ascenderam a 39,8 milhões de Euros, um crescimento de 27,3 milhões de euros face ao mesmo período de 2018, destacando-se a conclusão de projetos de remodelação de linhas (26,4 milhões de Euros) e dos projetos de reforço de transformação em Lavos, Recarei e Sines (8,3 milhões de Euros).

<sup>6</sup> A Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético foi reconhecida integralmente no primeiro trimestre de 2019 e 2018, de acordo com as recomendações da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

No setor do Transporte de Gás Natural o investimento ascendeu a 4,1 milhões de Euros, um aumento de 34,7% face ao mesmo período do ano anterior, e as transferências para RAB aumentaram 0,5 milhões de Euros (+72,5%) face aos primeiros 6 meses do ano anterior.

No setor da Distribuição de Gás Natural, o investimento ascendeu a 9,3 milhões de Euros, com cerca de 38% aplicados na captação de novos pontos de abastecimento e cerca de 45% na expansão das redes de distribuição, e as transferências para RAB aumentaram 2,7 milhões de Euros (+42,9%) situando-se nos 8,8 milhões de Euros.

O RAB médio situou-se nos 3.738,2 milhões de Euros, uma redução de 117,0 milhões de Euros (-3,0%) face ao período homólogo do ano anterior. No setor da eletricidade, o RAB médio (excl. terrenos) ascendeu a 2.039,4 milhões de Euros (-68,1 milhões de Euros, -3,2%), dos quais 1.099,6 milhões de Euros em ativos com prémio, enquanto os terrenos situaram-se nos 233,5 milhões de Euros (-12,6 milhões de Euros, -5,1%). No setor do Transporte de Gás Natural, o RAB médio situou-se nos 996,7 milhões de Euros (-45,0 milhões de Euros, -4,3%), enquanto no setor de Distribuição de Gás Natural o RAB médio situou-se nos 468,6 milhões de Euros (+8,7 milhões de Euros, +1,9%).



### 3 PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS DO GRUPO REN

#### janeiro

- A produção eólica em Portugal registou um máximo histórico de 101,9 GWh, acima dos 99,6GWh do anterior máximo de março de 2018.
- O Sistema Nacional de Gás Natural exportou, pela primeira vez, gás natural através da interligação de Campo Maior.
- A Secretaria de Estado da Energia aprovou o Plano de Desenvolvimento e Investimento na Rede Nacional de Transporte, Infraestruturas de Armazenamento e Terminal de Gás Natural Liquefeito para o período 2018-2027, num montante total de CAPEX de 55 milhões de euros.

#### fevereiro

- O Sistema Elétrico Nacional registou, no dia 1 de fevereiro, um novo máximo histórico de produção eólica diária e desta vez o recorde foi registado quer na produção diária (102,8 GWh) como na potência máxima (4594 MW). Neste dia, a produção eólica correspondeu a 90% do consumo nacional.
- A Secretaria de Estado da Energia aprovou o Plano de Desenvolvimento e Investimento na Rede de Transporte de Eletricidade para o período 2018-2027, num montante total de CAPEX de 535,1 milhões de euros.

#### abril

- O Relatório de Sustentabilidade da REN - Redes Energéticas Nacionais venceu o Grande Prémio da Associação Portuguesa de Comunicação de Empresa (APCE), na categoria "Publicações".

---

**maio**

- A REN - Redes Energéticas Nacionais venceu o Prémio Floresta e Sustentabilidade, na categoria Gestão e a Economia das Florestas.
- O Relatório e Contas digital de 2017 da REN - Redes Energéticas Nacionais, venceu o galardão de ouro (vencedor de Excelência), nos The Communicator Awards, na categoria Website-General Energy.
- A REN entregou oito viaturas a oito corporações de Bombeiros Voluntários, no âmbito da sua política de apoio às comunidades locais e à prevenção de incêndios florestais.
- A ERSE, Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, publicou os documentos finais relativos às tarifas e preços para o gás natural referentes ao ano gás 2019-2020 e parâmetros para o período de regulação compreendido entre 2020 e 2023.

---

**junho**

- A REN assinou um protocolo de cooperação com a Rede Nacional de Transporte de Eletricidade (RNT) de Angola.
  - A agência norte-americana de notação financeira Fitch reafirmou o rating de BBB atribuído à REN - Redes Energéticas Nacionais, mantendo também a perspetiva "positiva".
-



#### 4 DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA O PERÍODO INTERCALAR ENTRE 1 DE ABRIL E 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018

##### Demonstração consolidada dos Resultados (informação não auditada)

(Montantes expressos em milhares de Euros –mEuros)

	01.04.2019 a 30.06.2019	01.04.2018 a 30.06.2018
Vendas	17	26
Prestações de serviços	141.350	142.065
Rendimentos de construção em ativos concessionados	33.086	25.396
Ganhos e perdas imputados de associadas e empreendimentos conjuntos	2.787	1.394
Outros rendimentos operacionais	3.690	5.626
<b>Total dos rendimentos operacionais</b>	<b>180.931</b>	<b>174.507</b>
Custo das vendas	(207)	(388)
Gastos de construção em ativos concessionados	(27.994)	(20.754)
Fornecimentos e serviços externos	(13.570)	(11.433)
Gastos com pessoal	(14.820)	(13.892)
Depreciações e amortizações do exercício	(58.634)	(58.985)
Reversões / (reforços) de provisões	-	(57)
Reversões / (reforços) de imparidades	(94)	(86)
Outros gastos operacionais	(2.218)	(3.797)
<b>Total dos gastos operacionais</b>	<b>(117.537)</b>	<b>(109.392)</b>
<b>Resultado operacional</b>	<b>63.394</b>	<b>65.115</b>
Gastos de financiamento	(17.130)	(19.702)
Rendimentos financeiros	1.819	4.003
Dividendos de empresas participadas	3.934	4.968
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(11.378)</b>	<b>(10.731)</b>
<b>Resultado consolidado antes de impostos e CESE</b>	<b>52.016</b>	<b>54.384</b>
Imposto sobre o rendimento	(14.182)	(14.569)
Contribuição extraordinária sobre o setor energético (CESE)	-	(65)
<b>Resultado líquido consolidado do período</b>	<b>37.834</b>	<b>39.750</b>
<b>Atribuível a:</b>		
Acionistas do grupo REN	37.834	39.750
Interesses não controlados	-	-
<b>Resultado líquido consolidado do período</b>	<b>37.834</b>	<b>39.750</b>
<b>Resultado por ação (Básico e Diluído) -Euros</b>	<b>0,06</b>	<b>0,06</b>

## Demonstração consolidada do Rendimento Integral (informação não auditada)

(Montantes expressos em milhares de Euros –mEuros)

	01.04.2019 a 30.06.2019	01.04.2018 a 30.06.2018
<b>Resultado líquido consolidado do período</b>	<b>37.834</b>	<b>39.750</b>
<b>Outros ganhos e perdas reconhecidos nos capitais próprios:</b>	-	-
<b>Itens que não serão reclassificados para resultados:</b>		
Ganhos / (perdas) atuariais	640	248
Efeito fiscal dos ganhos / (perdas) atuariais	(192)	(75)
Outras variações de capital próprio	-	36
<b>Itens que poderão ser reclassificados para resultados:</b>		
Diferenças de conversão cambial (empresas associadas)	(2.003)	8.084
Reserva de cobertura (cobertura de fluxos de caixa)	(6.592)	(2.356)
Efeito fiscal da reserva de cobertura	1.483	495
Reserva de justo valor (ativos financeiros disponíveis para venda)	(2.150)	4.037
Efeito fiscal da reserva de justo valor	484	(848)
Outras variações de capital próprio	(12)	-
<b>Total do rendimento consolidado integral do período</b>	<b>29.493</b>	<b>49.372</b>
<b>Atribuível a:</b>		
Acionistas	29.493	49.372
Interesses não controlados	-	-
	<b>29.493</b>	<b>49.372</b>

## 2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

### DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Montantes expressos em milhares de euros - mEuros)

	Notas	Jun 2019	Dez 2018
<b>Ativo</b>			
<b>Não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	419	561
Goodwill	6	3.688	3.877
Ativos intangíveis	5	4.125.444	4.192.619
Participações financeiras em associadas e empreendimentos conjuntos	7	169.429	167.841
Investimentos em instrumentos de capital próprio a justo valor por outro rendimento integral	9 e 10	157.722	162.552
Instrumentos financeiros derivados	9 e 12	32.537	21.010
Outros ativos financeiros	9	57	45
Clientes e outras contas a receber	9 e 11	90.109	50.246
Ativos por impostos diferidos	8	89.917	92.495
		<b>4.669.323</b>	<b>4.691.247</b>
<b>Corrente</b>			
Inventários		2.168	2.095
Clientes e outras contas a receber	9 e 11	340.202	427.126
Imposto sobre o rendimento a receber	8 e 9	14.838	35.371
Caixa e equivalentes de caixa	9 e 13	25.359	35.735
		<b>382.568</b>	<b>500.327</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>4</b>	<b>5.051.890</b>	<b>5.191.574</b>
<b>Capital Próprio</b>			
<b>Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital</b>			
Capital social	14	667.191	667.191
Ações próprias	14	(10.728)	(10.728)
Prémio de emissões de ações		116.809	116.809
Reservas	15	318.582	326.906
Resultados acumulados		251.435	253.505
Outras variações no capital próprio		(5.561)	(5.561)
Resultado líquido consolidado do período atribuível a detentores de capital		51.078	115.715
<b>Total capital próprio</b>		<b>1.388.807</b>	<b>1.463.837</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Não corrente</b>			
Empréstimos obtidos	9 e 16	2.260.248	2.274.939
Obrigações de benefícios de reforma e outros	17	93.889	98.288
Instrumentos financeiros derivados	9 e 12	28.422	12.952
Provisões para outros riscos e encargos	18	8.796	8.852
Fornecedores e outras contas a pagar	9 e 19	376.862	367.743
Passivos por impostos diferidos	8	111.211	113.644
		<b>2.879.429</b>	<b>2.876.418</b>
<b>Corrente</b>			
Empréstimos obtidos	9 e 16	430.382	431.401
Fornecedores e outras contas a pagar	9 e 19	353.273	419.917
		<b>783.655</b>	<b>851.319</b>
<b>Total Passivo</b>	<b>4</b>	<b>3.663.083</b>	<b>3.727.737</b>
<b>Total do capital próprio e passivo</b>		<b>5.051.890</b>	<b>5.191.574</b>

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada da posição financeira em 30 de junho de 2019.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

## DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018

(Montantes expressos em milhares de euros - mEuros)

	Notas	Jun 2019	Jun 2018
Vendas	4 e 20	17	34
Prestações de serviços	4 e 20	280.434	286.976
Rendimentos de construção em ativos concessionados	4 e 21	49.889	39.277
Ganhos e perdas imputadas de associadas e empreendimentos conjuntos	7	5.589	2.542
Outros rendimentos operacionais	22	13.343	15.561
<b>Total dos rendimentos operacionais</b>		<b>349.272</b>	<b>344.390</b>
Custo das vendas		(367)	(821)
Gastos de construção em ativos concessionados	21	(40.332)	(30.410)
Fornecimentos e serviços externos	23	(23.070)	(22.176)
Gastos com pessoal	24	(28.357)	(27.253)
Depreciações e amortizações do exercício	5	(117.183)	(117.656)
Reversões / (reforços) de provisões	18	1	(57)
Reversões / (perdas) por imparidade		(189)	(105)
Outros gastos operacionais	25	(9.531)	(10.740)
<b>Total dos gastos operacionais</b>		<b>(219.028)</b>	<b>(209.218)</b>
<b>Resultado operacional</b>		<b>130.244</b>	<b>135.172</b>
Gastos de financiamento	26	(34.656)	(37.648)
Rendimentos financeiros	26	3.800	4.975
Dividendos de empresas participadas	10	3.934	4.968
<b>Resultado financeiro</b>		<b>(26.923)</b>	<b>(27.705)</b>
<b>Resultado consolidado antes de impostos e CESE</b>		<b>103.322</b>	<b>107.467</b>
Imposto sobre o rendimento	8	(27.854)	(29.246)
Contribuição extraordinária sobre o setor energético (CESE)	27	(24.390)	(25.398)
<b>Resultado líquido consolidado do período</b>		<b>51.078</b>	<b>52.823</b>
<b>Atribuível a:</b>			
Detentores de capital da empresa-mãe		51.078	52.823
Interesses que não controlam		-	-
<b>Resultado líquido consolidado do período</b>		<b>51.078</b>	<b>52.823</b>
<b>Resultado por ação (Básico e Diluído) Euros</b>	28	<b>0,08</b>	<b>0,08</b>

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada dos resultados para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2019.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

## DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018

(Montantes expressos em milhares de euros - mEuros)

	Notas	Jun 2019	Jun 2018
<b>Resultado líquido consolidado do período</b>		51.078	52.823
<b>Itens que não serão reclassificados para resultados:</b>			
Ganhos / (perdas) atuariais		1.883	(64)
Efeito fiscal dos ganhos / (perdas) atuariais	8	(565)	19
Outras variações de capital próprio		-	87
<b>Itens que poderão ser reclassificados para resultados:</b>			
Diferenças de conversão cambial (empresas associadas)	7	961	4.118
Reserva de cobertura (cobertura de fluxos de caixa)	12	(14.437)	330
Efeito fiscal da reserva de cobertura	8 e 12	3.248	(69)
Reserva de justo valor (Investimentos em instrumentos de capital próprio a justo valor por outro rendimento integral)	10	(4.830)	(6.684)
Efeito fiscal da reserva de justo valor	8 e 10	1.087	1.404
Outras variações de capital próprio	7	(29)	-
<b>Total do rendimento consolidado integral do período</b>		<b>38.396</b>	<b>51.963</b>
<b>Atribuível a:</b>			
Detentores de capital da empresa-mãe		38.396	51.963
Interesses que não controlam		-	-
		<b>38.396</b>	<b>51.963</b>

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada do rendimento integral para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2019.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

## DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018

(Montantes expressos em milhares de euros - mEuros)

Movimentos do exercício	Notas	Atribuível a detentores de capital da empresa-mãe										
		Capital social	Ações próprias	Prémio de emissão de ações	Reserva legal	Reserva justo valor (Nota 10)	Reserva cobertura (Nota 12)	Outras reservas	Outras variações	Resultados acumulados	Resultado período	Total
A 31 de dezembro de 2017		667.191	(10.728)	116.809	106.800	53.778	(9.702)	159.315	(5.541)	225.342	125.925	1.429.189
Adoção da IFRS 9 - Instrumentos financeiros		-	-	-	-	-	-	-	-	9.223	-	9.223
A 1 de janeiro de 2018		667.191	(10.728)	116.809	106.800	53.778	(9.702)	159.315	(5.541)	234.565	125.925	1.438.412
Total do rendimento integral do período		-	-	-	-	(5.280)	261	4.118	(20)	61	52.823	51.963
Aplicação de resultados		-	-	-	-	-	-	-	-	125.925	(125.925)	-
Distribuição de dividendos	29	-	-	-	-	-	-	-	-	(113.426)	-	(113.426)
A 30 de junho de 2018		667.191	(10.728)	116.809	106.800	48.498	(9.441)	163.433	(5.561)	247.124	52.823	1.376.948
A 1 de janeiro de 2019		667.191	(10.728)	116.809	113.152	57.711	(10.577)	166.620	(5.561)	253.505	115.715	1.463.837
Total do rendimento integral do período		-	-	-	-	(3.743)	(11.189)	932	-	1.318	51.078	38.396
Aplicação de resultados		-	-	-	5.676	-	-	-	-	110.039	(115.715)	-
Distribuição de dividendos	29	-	-	-	-	-	-	-	-	(113.426)	-	(113.426)
A 30 de junho de 2019		667.191	(10.728)	116.809	118.828	53.968	(21.765)	167.552	(5.561)	251.435	51.078	1.388.807

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada das alterações no capital próprio para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2019.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

## DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018

(Montantes expressos em milhares de euros - mEuros)

	Notas	Jun 2019	Jun 2018
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais:</b>			
Recebimentos de clientes		1.195.206 a)	1.179.006 a)
Pagamentos a fornecedores		(921.067) a)	(836.534) a)
Pagamentos ao pessoal		(37.673)	(36.384)
Recebimento / (pagamento) do imposto sobre o rendimento		(3.905)	(30.660)
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à atividade operacional		(16.461)	6.108
<b>Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais (1)</b>		<b>216.100</b>	<b>281.536</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento:</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis		-	15
Subsídios ao investimento		4.829	3.648
Juros e rendimentos similares		17	197
Dividendos	7 e 10	4.223	3.664
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Participações financeiras		-	(12)
Ativos fixos tangíveis		(20)	(53)
Ativos fixos intangíveis		(64.016)	(82.419)
<b>Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento (2)</b>		<b>(54.966)</b>	<b>(74.960)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento:</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Empréstimos obtidos		2.651.500	1.400.091
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Empréstimos obtidos		(2.670.817)	(1.465.734)
Juros e gastos similares		(38.681)	(43.105)
Dividendos	29	(113.426)	(113.426)
<b>Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento (3)</b>		<b>(171.424)</b>	<b>(222.175)</b>
<b>Aumento líquido / (diminuição) de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)</b>		<b>(10.290)</b>	<b>(15.599)</b>
Efeito das taxas de câmbio		(30)	(91)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	13	34.096	60.448
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do período</b>	<b>13</b>	<b>23.777</b>	<b>44.759</b>
<b>Detalhe da caixa e equivalentes de caixa</b>			
Caixa	13	25	23
Descobertos bancários	13	(1.582)	(7.348)
Depósitos bancários	13	25.334	52.084
		<b>23.777</b>	<b>44.759</b>

a) Estes montantes incluem os pagamentos e recebimentos relativos a atividades na qual a Empresa atua como agente e cujos rendimentos e gastos são compensados na demonstração consolidada dos resultados.

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2019.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

### 3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2019

#### 1 INFORMAÇÃO GERAL

A REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. (referida neste documento como “REN”, “REN SGPS” ou “Empresa” e, conjuntamente com as suas subsidiárias, designada por “Grupo” ou “Grupo REN”), com sede na Avenida Estados Unidos da América, 55 - Lisboa, resultou da cisão do grupo EDP, de acordo com os Decretos-Lei n.º 7/91, de 8 de janeiro e n.º 131/94, de 19 de maio, aprovados em Assembleia Geral em 18 de agosto de 1994, com o objeto de assegurar a gestão global do Sistema Elétrico de Abastecimento Público (“SEP”).

Até 26 de setembro de 2006, o Grupo REN tinha a sua atividade centrada no negócio da eletricidade, através da REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A.. Em 26 de setembro de 2006, decorrente da transação de “unbundling” do negócio do gás natural, o Grupo sofreu uma alteração significativa com a compra dos ativos e participações financeiras associados às atividades de transporte, armazenamento e regaseificação de gás natural, constituindo um novo negócio.

No início de 2007, a Empresa foi transformada na “holding” do Grupo e redenominada, após a transferência do negócio da eletricidade para uma nova empresa constituída em 26 de setembro de 2006, a REN – Serviços de Rede, S.A., que foi em simultâneo redenominada para REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A..

O Grupo detém, presentemente, duas áreas de negócio principais, a Eletricidade e o Gás, e uma área de negócio secundária, na área de Telecomunicações.

O negócio da Eletricidade compreende as seguintes empresas:

- a) REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A., constituída em 26 de setembro de 2006, cujas atividades são desenvolvidas no âmbito de um contrato de concessão atribuído por um período de 50 anos, que se iniciou em 2007 e que estabelece a gestão global do SEP;
- b) REN Trading, S.A., constituída em 13 de junho de 2007, cuja função principal é a gestão dos Contratos de Aquisição de Energia (“CAE”) da Turbogás e da Tejo Energia que não cessaram em 30 de junho de 2007, data da entrada em vigor dos novos Contratos para a Manutenção do Equilíbrio Contratual (“CMEC”). A atividade desta empresa compreende o comércio da eletricidade produzida e da capacidade de produção instalada junto dos distribuidores nacionais e internacionais;
- c) Enondas, Energia das Ondas, S.A., constituída em 14 de outubro de 2010, cujo capital social é integralmente detido pela REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A., e tem como atividade a gestão da concessão para a exploração de uma zona-piloto destinada à produção de energia elétrica a partir das ondas do mar.

O negócio do Gás engloba as seguintes empresas:

- a) REN Gás, S.A. (“REN Gás”), constituída em 29 de março de 2011, com o objeto social de assegurar a promoção, o desenvolvimento e a condução de projetos e empreendimentos no setor do gás natural, bem como proceder à definição da estratégia global e à coordenação das sociedades em que detenha participação;
- b) REN Gasodutos, S.A., constituída, em 26 de setembro de 2006, cujo capital social foi realizado através da integração das infraestruturas de transporte de gás (rede, ligações e compressão);
- c) REN Armazenagem, S.A., constituída em 26 de setembro de 2006, cujo capital social foi realizado pela integração dos ativos de armazenamento subterrâneo de gás;
- d) REN Atlântico, Terminal de GNL, S.A., adquirida no âmbito da aquisição do negócio do gás, anteriormente designada por “SGNL – Sociedade Portuguesa de Gás Natural Liquefeito”. A atividade desta empresa consiste no fornecimento de serviços de receção, armazenamento e regaseificação de gás natural liquefeito através do terminal marítimo de GNL, sendo responsável pela construção, utilização e manutenção das infraestruturas necessárias;
- e) REN Portgás Distribuição, S.A. (“REN Portgás”), adquirida no âmbito de expansão do negócio do gás no dia 4 de outubro de 2017. A atividade da empresa consiste na distribuição de gás natural em baixa e média pressão, bem como a produção e distribuição de outros gases combustíveis canalizados e, ainda, outras atividades relacionadas com o objeto principal, designadamente a produção e comercialização de equipamentos de queima.



As atividades das empresas indicadas nas alíneas b) a d) acima são desenvolvidas no âmbito de três contratos de concessão atribuídos em separado, por um período de 40 anos com início em 2006. Por sua vez, a empresa na alínea e) desenvolve a sua atividade por contrato de concessão atribuída por um período de 40 anos, com início no ano de 2008.

O negócio das telecomunicações é gerido pela RENTELECOM Comunicações, S.A., cuja atividade consiste no estabelecimento, gestão e utilização dos sistemas e infraestruturas de telecomunicações, fornecendo serviços de comunicação e tirando proveito da capacidade excedentária de fibras óticas e instalações pertencentes ao Grupo REN.

A REN SGPS detém a 100% a empresa REN Serviços, S.A., cujo objeto social é a prestação de serviços em matéria energética e de serviços genéricos de apoio ao desenvolvimento do negócio, de forma remunerada, quer em empresas que com ela se encontrem em relação de grupo, quer a quaisquer terceiros, bem como a gestão de participações sociais que a sociedade detenha em outras sociedades.

Em 10 de maio de 2013, foi constituída a REN Finance, B.V., empresa totalmente detida pela REN SGPS, com sede na Holanda, cujo objeto social é participar, financiar, colaborar e conduzir a gestão de empresas relacionadas.

Adicionalmente, em 24 de maio de 2013, em conjunto com a China Electric Power Research Institute, sociedade do Grupo State Grid, foi constituído o Centro de Investigação em Energia REN - STATE GRID, S.A. ("Centro de Investigação") em regime de *joint venture*, no qual o Grupo detém 1.500.000 ações representativas de 50% do respetivo capital.

O objeto social desta sociedade visa a implementação de um Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Portugal, dedicado à pesquisa, desenvolvimento, inovação e demonstração nas áreas de transporte de eletricidade e gestão de sistemas, a prestação de serviços de consultoria e serviços de educação e formação no âmbito destas atividades, bem como a realização de todas as atividades conexas e a prestação de serviços complementares, conexos ou acessórios ao seu objeto social.

Em 14 de dezembro de 2016, foi constituída a Aéreo Chile SPA, empresa totalmente detida pela REN Serviços, S.A., com sede em Santiago no Chile, cujo objeto social é a realização de investimentos em bens, ações, direitos de sociedades e associações.

Adicionalmente, em 21 de novembro de 2018, foi constituída a REN PRO, S.A., empresa totalmente detida pela REN, com sede em Lisboa, cujo objeto social é a prestação de serviços de apoio, nomeadamente administrativos, logísticos, de comunicação e suporte do desenvolvimento do negócio, bem como consultoria para os negócios, de forma remunerada, quer a empresas que com ela se encontrem em relação de grupo quer a quaisquer terceiros, e a consultoria em informática.

Em 30 de junho de 2019, as principais participações que a REN detém são:

a) Uma participação de 42,5% do capital da empresa chilena Electrogas, S.A., que tem por objeto social a prestação de serviços de transporte de gás natural e outros combustíveis. Esta participação foi adquirida no dia 7 de fevereiro de 2017;

b) Uma participação de 40% do capital da empresa OMIP - Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A. ("OMIP SGPS") que tem por objeto social a gestão de participações noutras sociedades, como forma indireta do exercício de atividades económicas;

c) Uma participação de 10% no capital social do OMEL, Operador del Mercado Ibérico de Energia, S.A., polo espanhol do Operador Único;

d) Uma participação de 1% na Red Eléctrica Corporación, S.A. ("REE"), entidade responsável pela gestão da rede elétrica em Espanha;

e) Uma participação de 7,9% no capital social da Coreso, S.A. ("Coreso"), entidade que assiste os operadores das redes de transporte ("TSO") Europeus em atividades de coordenação e segurança para permitir o fornecimento de eletricidade em segurança na Europa;

f) Participações no capital social das empresas: (i) Hidroeléctrica de Cahora Bassa, S.A. ("HCB"), participação de 7,5%; (ii) MIBGÁS, S.A., participação de 6,67%; e (iii) MIBGÁS Derivatives, S.A., participação de 9,7%.

## 1.1 Perímetro de consolidação

As empresas incluídas no perímetro consolidação, suas sedes sociais, proporção do capital e principais atividades em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 são as seguintes:

Designação / sede	Principal Atividade	Jun 2019		Dez 2018	
		Porcentagem de capital detido		Porcentagem de capital detido	
		Grupo	Individual	Grupo	Individual
<b>Empresa-mãe:</b>					
REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.	Sociedade gestora de participações sociais	-	-	-	-
<b>Subsidiárias:</b>					
<b>Segmento da Eletricidade:</b>					
REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 - Lisboa	Operador da Rede Nacional de Transporte em muito alta tensão	100%	100%	100%	100%
REN Trading, S.A. Praça de Alvalade, n.º7 - 12.º Dto, Lisboa	Compra, venda, importação e exportação de eletricidade e de gás natural	100%	100%	100%	100%
Enondas-Energia das Ondas, S.A. Mata do Urso - Guarda Norte - Carriço - Pombal	Gestão da concessão para a exploração de uma zona-piloto destinada à produção de energia elétrica a partir das ondas do mar.	100%	100%	100%	100%
<b>Segmento de Telecomunicações:</b>					
RENTELECOM - Comunicações S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 - Lisboa	Operador da rede de telecomunicações	100%	100%	100%	100%
<b>Outros segmentos:</b>					
REN - Serviços, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 - Lisboa	Back-office e gestão de participações sociais	100%	100%	100%	100%
REN Finance, B.V. De Cuserstraat, 93, 1081 CN Amsterdam, The Netherlands	Participar, financiar, colaborar, conduzir a gestão de empresas relacionadas com o Grupo REN.	100%	100%	100%	100%
REN PRO, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 - Lisboa	Comunicação e Sustentabilidade, Marketing, Gestão Comercial, Desenvolvimento de Negócios e Consultoria e Projetos de IT	100%	100%	100%	100%
<b>Segmento do Gás Natural:</b>					
REN Atlântico, Terminal de GNL, S.A. Terminal de GNL - Sines	Responsável pela regaseificação do GNL e pela manutenção e utilização do terminal de gás natural liquefeito	100%	100%	100%	100%
<b>Detida pela REN Serviços, S.A.:</b>					
REN Gás, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 -12.º - Lisboa	Gestão de projetos e empreendimentos no setor do gás natural	100%	-	100%	-
<b>Aéreo Chile SPA</b>					
Santiago do Chile	Responsável pela realização de investimentos em bens, ações, direitos de sociedades e associações.	100%	-	100%	-
<b>Detidas pela REN Gás, S.A.:</b>					
REN - Armazenagem, S.A. Mata do Urso - Guarda Norte - Carriço - Pombal	Desenvolvimento, manutenção e utilização do armazenamento subterrâneo de gás natural	100%	-	100%	-
REN - Gasodutos, S.A. Estrada Nacional 116, km 32,25 - Vila de Rei - Bucelas	Operador RNTGN e gere o negócio do gás natural	100%	-	100%	-
REN Gás Distribuição SGPS, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 - Lisboa	Gestão de participações noutras sociedades como forma indirecta de exercício de actividades económicas	-	-	100%	-
REN Portgás Distribuição, S.A. Rua Linhas de Torres, 41 - Porto	Distribuição de gás natural	100%	-	100%	-

## Alterações no perímetro de consolidação

### - 2019

No dia 22 de janeiro de 2019, ocorreu uma fusão das entidades REN Gás, S.A. e REN Gás Distribuição SGPS, S.A., mediante a transferência global do património da REN Gás Distribuição SGPS, S.A. para a REN Gás, S.A..

### - 2018

No dia 2 de julho de 2018, a REN procedeu à alienação do negócio de gás de petróleo liquefeito (GPL) à ENERGYCO II, S.A. e, adicionalmente, em 21 de novembro de 2018, foi constituída a REN PRO, S.A., empresa totalmente detida pela REN.

## 1.2 Aprovação das demonstrações financeiras consolidadas trimestrais

Estas demonstrações financeiras consolidadas intercalares foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 25 de julho de 2019. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras consolidadas refletem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral consolidado, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados, em conformidade com as Normas de Relato Financeiro intercalar (IAS 34).

## 2 BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas apresentadas para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, foram preparadas em conformidade com a IAS 34 - Relato financeiro intercalar. As demonstrações financeiras apresentadas devem ser lidas conjuntamente com as demonstrações financeiras anuais emitidas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade de o Grupo operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em particular, verifica-se que em 30 de junho de 2019 que o passivo corrente no montante de 783.655 milhares de Euros é superior ao ativo corrente cujo montante total ascende a 382.568 milhares de Euros.

Contudo, para além dos resultados e fluxos de caixa consolidados projetados para o exercício de 2019, o Grupo dispõe com referência a 30 de junho de 2019, de linhas de crédito, sob a forma de papel comercial, disponíveis para utilização no montante de 693.500 milhares de Euros, encontrando-se uma parte substancial com garantia de colocação (Nota 16).

Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que o Grupo dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

Estas demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em milhares de Euros – mEuros, arredondadas ao milhar mais próximo.

## 3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas para efeitos de relato financeiro intercalar (IAS 34) no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação, mantidos de acordo com as normas contabilísticas em vigor em Portugal, ajustados no processo de consolidação de modo a que as demonstrações financeiras consolidadas estejam de acordo com as Normas de Relato Financeiro intercalar, tal como adotadas pela União Europeia, em vigor para exercícios económicos iniciados em 1 de janeiro de 2019.

Devem entender-se como fazendo parte das Normas de Relato Financeiro, quer as Normas Internacionais de Relato financeiro ("IFRS" – International Financial Reporting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), quer as Normas Internacionais de Contabilidade ("IAS"), emitidas pelo International Accounting Standards Committee ("IASC") e respetivas interpretações – IFRIC e SIC, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC") e Standard Interpretation Committee ("SIC"), respetivamente, que tenham sido adotadas na União Europeia. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por IFRS.

As políticas contabilísticas adotadas nestas demonstrações financeiras consolidadas intercalares são consistentes, em todos os aspetos materialmente relevantes, com as políticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, conforme descrito no anexo às demonstrações financeiras consolidadas de 2018, excepto quanto à adoção de novas normas efetivas para períodos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2019. O Grupo não adotou antecipadamente nenhuma norma, interpretação ou alteração que não esteja ainda em vigor.

## Adoção de normas e interpretações novas, emendadas ou revistas

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões foram aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia e são de aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2019:

- **IFRS 16 – Locações**

Esta norma substitui a IAS 17 – “Locações” e as interpretações associadas, com impacto na contabilização efetuada pelos locatários, que são obrigados a reconhecer para os contratos de locação, um passivo de locação correspondente aos pagamentos futuros das rendas da locação e respetivamente um ativo relativo ao “direito de uso”. A norma prevê duas isenções de reconhecimento para os locatários - contratos de locação em que os ativos tenham pouco valor e contratos de locação a curto prazo (isto é, contratos com uma duração de 12 meses ou inferior). De referir, que esta norma não é aplicável aos ativos afetos aos contratos de concessão (“IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços”).

### I. Ativos sob direito de uso

O Grupo reconhece os ativos sob direito de uso na data de início da locação (ou seja, a data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos sob direito de uso são mensurados ao custo, deduzido de qualquer depreciação acumulada e perdas por imparidade, e ajustados por qualquer remensuração do respetivo passivo da locação. O custo dos ativos sob direito de uso inclui o montante da mensuração inicial do passivo da locação, os custos diretos iniciais incorridos pelo Grupo e os pagamentos de locação efetuados na data de entrada em vigor ou antes desta, deduzidos os incentivos à locação recebidos. A menos que seja razoavelmente certo que o Grupo irá obter a propriedade do ativo arrendado ao final do prazo do arrendamento, os ativos sob direito de uso reconhecidos são subsequentemente depreciados pelo método linear durante o período mais curto de sua vida útil estimada e o prazo do arrendamento. Os ativos sob direito de uso estão sujeitos a testes de imparidade.

### II. Passivos da locação

Na data de início da locação, o Grupo reconhece os passivos da locação mensurados pelo valor presente dos pagamentos da locação a serem realizados durante o prazo da locação. Os pagamentos da locação incluem os pagamentos fixos deduzidos os incentivos à locação a receber, pagamentos de locação variáveis que dependam de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos pelo Grupo a título de garantias de valor residual. Os pagamentos da locação também incluem o preço do exercício de uma opção de compra, se o Grupo estiver razoavelmente certo de exercer essa opção e pagamentos de sanções por rescisão da locação, se o prazo da locação refletir o exercício de uma opção de rescisão da locação pelo Grupo. Os pagamentos variáveis da locação que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos no período em que o evento ou a condição geradora do pagamento ocorre.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos da locação, o Grupo usa a taxa incremental de financiamento calculada em referência à data de início da locação se a taxa de juros implícita na locação não puder ser facilmente determinada. Depois da data de início, o valor do passivo da locação é aumentado para refletir os juros sobre o passivo da locação e é diminuído pelo montante dos pagamentos da locação efetuados. Adicionalmente, o valor contabilístico do passivo da locação é remensurado se ocorrer uma modificação, uma alteração no prazo da locação, uma alteração nos pagamentos de locação fixos em substância ou uma alteração na avaliação da opção de compra do ativo subjacente.

### III. Locações de ativos de baixo valor e locações de curto prazo

O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de locações de curto prazo (ou seja, as locações que têm um prazo de locação de 12 meses ou menos contados a partir da data de início da locação e que não contêm uma opção de compra). Aplica também isenção de reconhecimento para os ativos que são considerados de baixo valor. Os pagamentos relativos a locações de curto prazo ou de ativos de baixo valor são reconhecidos de forma linear ao longo do prazo da locação.

Da adoção desta norma não decorrem impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.

- **Alterações à IFRS 9 - Recursos de pré-pagamento com compensação negativa antecedentes**

Esta alteração, permite a classificação/mensuração de ativos financeiros ao custo amortizado mesmo que incluam condições que permitem o pagamento antecipado por um valor de contraprestação inferior ao valor nominal ("compensação negativa"), tratando-se de uma isenção aos requisitos previsto na IFRS 9 para a classificação de ativos financeiros ao custo amortizado. Adicionalmente, também é clarificado que quando se verifique uma modificação às condições de um passivo financeiro que não dê origem ao desreconhecimento, a diferença de mensuração tem de ser registada de imediato nos resultados do exercício. Da adoção desta norma não decorrem impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.

- **IFRIC 23 - Incerteza sobre o tratamento de impostos**

A IFRIC 23 corresponde a uma interpretação da IAS 12 – 'Imposto sobre o rendimento', referindo-se aos requisitos de mensuração e reconhecimento a aplicar quando existem incertezas quanto à aceitação de um determinado tratamento fiscal por parte da Administração Fiscal. Da adoção desta norma não decorrem impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.

- **Alterações à IAS 28 - Interesses em associadas e joint ventures**

Esta alteração clarifica que os investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos (componentes do investimento de uma entidade em associadas e empreendimentos conjuntos), que não estão a ser mensurados através do método de equivalência patrimonial, são contabilizados segundo a IFRS 9. Esta clarificação determina que os investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos, estejam sujeitos às regras de imparidade da IFRS 9 (modelo das 3 fases das perdas esperadas), antes de ser considerado para efeitos de teste de imparidade ao investimento global numa associada ou empreendimento conjunto, quando existam indicadores de imparidade. Da adoção desta norma não decorrem impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.

- **Melhorias das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2015-2017)**

Ciclicamente são introduzidas melhorias que visam clarificar e simplificar a aplicação do normativo internacional. As alterações introduzidas no ciclo 2015-2017 incidiram na revisão: (i) da IAS 23 - Esta melhoria clarifica que na determinação da taxa de média ponderada dos custos de empréstimos genéricos obtidos, para capitalização nos ativos qualificáveis, devem ser incluídos os custos dos empréstimos obtidos especificamente para financiar ativos qualificáveis, quando os ativos específicos já se encontrem na condição de uso pretendido; (ii) da IAS 12 - Esta melhoria clarifica que o impacto fiscal da distribuição de dividendos deve ser reconhecido na data em que é registada a responsabilidade de pagar, devendo ser reconhecido por contrapartida de resultados do exercício, outro rendimento integral ou capital próprio consoante onde a entidade registou originalmente a transação ou evento que deu origem aos dividendos; e (iii) da IFRS 3 e IFRS 11 - Estas melhorias clarificam que: 1) na obtenção de controlo sobre um negócio que é uma operação conjunta, os interesses detidos anteriormente pelo investidor são remensurados ao justo valor; e 2) quando um investidor numa operação conjunta, que não exerce controlo conjunto, obtém controlo conjunto numa operação conjunta que é um negócio, o interesse detido anteriormente não é remensurado. Da adoção destas melhorias não decorrem impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.

- **Alterações à IAS 19 – Alteração do plano, restrição ou liquidação**

Esta alteração clarifica que se uma emenda, restrição ou liquidação do plano ocorrer, é obrigatório que o custo do serviço corrente e os juros líquidos do período após a remensuração sejam determinados usando os pressupostos usados para a remensuração. Além disso, foram incluídas alterações para esclarecer o efeito de uma alteração, redução ou liquidação do plano sobre os requisitos relativos ao limite máximo do ativo. Da adoção desta norma não decorrem impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.

Não existem normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas ("endorsed") pela União Europeia, de aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, à data de aprovação destas demonstrações financeiras.

## Normas e interpretações, emendadas ou revistas, não aprovadas pela União Europeia

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

Norma	Aplicável nos exercícios iniciados	Resumo
IFRS 17 - Contratos de seguros	01-jan-21	A IFRS 17 substitui a IFRS 4 - “Contratos de seguro”, a norma que vigora de forma interina desde 2004. A IFRS 17 é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária.
Alterações a referências à Estrutura Conceptual nas Normas IFRS	01-jan-20	A Estrutura Conceptual revista inclui: um novo capítulo sobre mensuração; orientação sobre relatórios de desempenho financeiro; definições de um ativo e um passivo e orientação que apoia essas definições; e esclarecimentos em áreas importantes, tais como as funções de administração, prudência e incerteza de mensuração em relatórios financeiros.
Alterações à IFRS 3 - Definição de atividade empresarial	01-jan-20	Esta alteração clarifica que para ser considerado uma atividade empresarial, um conjunto integrado de atividades tem de incluir, no mínimo, um input e um processo substantivo que, conjuntamente, contribuam significativamente para a criação de um output. Clarificam igualmente que uma atividade empresarial pode existir sem que inclua todos os inputs e todos os processos necessários para criar outputs. Isto é, os inputs e os processos aplicados a esses inputs “têm de ter a capacidade de contribuir para a criação de outputs” em vez “têm de ter a capacidade de criar outputs”.
Alterações à IAS 1 e IAS 8: Definição de Materialidade	01-jan-20	O objetivo desta alteração foi o de tornar consistente a definição de “material” entre todas as normas em vigor e clarificar alguns aspetos relacionados com a sua definição. A nova definição prevê que “uma informação é material se a sua omissão, de um erro ou a sua ocultação se possa razoavelmente esperar que influencie as decisões que os utilizadores primários das demonstrações financeiras tomam com base nessas demonstrações financeiras, as quais fornecem informação financeira sobre uma determinada entidade que reporta”. As alterações clarificam que a materialidade depende da natureza e magnitude da informação, ou de ambas. Uma entidade tem de avaliar se determinada informação, quer individualmente quer em combinações com outra informação, é material no contexto das demonstrações financeiras.

Estas normas não foram ainda adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Grupo no período findo em 30 de junho de 2019.

## 4 INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

O Grupo está organizado em dois principais segmentos de negócios, a Eletricidade e o Gás, e um segmento secundário. O segmento da Eletricidade inclui as atividades de transporte de eletricidade em muito alta tensão, a gestão global do sistema elétrico de abastecimento público, a gestão dos contratos de aquisição de energia não cessados em 30 de junho de 2007 e a gestão da concessão para a exploração de uma zona-piloto destinada à produção de energia elétrica a partir das ondas do mar. O segmento do Gás inclui o transporte de gás em muito alta pressão, a gestão global do sistema nacional de abastecimento de gás natural, a operação de regaseificação no terminal GNL, a distribuição de gás natural em baixa e média pressão, e o armazenamento subterrâneo de gás natural.

Embora as atividades do terminal GNL e do armazenamento subterrâneo possam ser vistas como distintas da atividade decorrente do transporte de gás e da gestão global do sistema nacional de gás natural, uma vez que estas atividades prestam serviços a um único utilizador, o qual é também o principal utilizador da rede de transporte de gás em alta pressão, considerou-se que as mesmas estão sujeitas a riscos e benefícios similares.

O segmento de telecomunicações é também apresentado separadamente, embora não se qualifique para divulgação.

A gestão dos financiamentos externos encontra-se centralizada na REN SGPS, S.A., tendo a Empresa optado pela apresentação das rubricas do ativo e do passivo separadas das eliminações efetuadas no âmbito da preparação das demonstrações financeiras consolidadas, tal como utilizado pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais.

Os resultados por segmento para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 são como se segue:

	Eletricidade	Gás	Telecomunicações	Outros	Eliminações	Grupo
<b>Vendas e prestações de serviços</b>	<b>174.892</b>	<b>106.170</b>	<b>3.194</b>	<b>18.748</b>	<b>(22.552)</b>	<b>280.451</b>
Inter-segmentos	285	3.941	-	18.326	(22.552)	-
Externas	174.606	102.229	3.194	422	-	280.451
Rendimentos de construção em ativos concessionados	36.521	13.368	-	-	-	49.889
Gastos de construção em ativos concessionados	(29.227)	(11.105)	-	-	-	(40.332)
Ganhos e perdas imputadas de associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	5.589	-	5.589
Fornecimentos e serviços externos	(21.605)	(20.198)	(971)	(5.849)	25.553	(23.070)
Gastos com pessoal	(9.473)	(6.371)	(145)	(12.367)	-	(28.357)
Outros gastos e rendimentos operacionais	6.431	154	(13)	(126)	(3.000)	3.445
<b>Cash flow operacional</b>	<b>157.538</b>	<b>82.017</b>	<b>2.065</b>	<b>5.995</b>	<b>-</b>	<b>247.616</b>
Rendimentos de participação capital (dividendos)	-	-	-	3.934	-	3.934
<b>Gastos não reembolsáveis</b>						
Depreciações e amortizações	(77.156)	(39.919)	(16)	(92)	-	(117.183)
Reversões / (reforços) de provisões	-	-	-	1	-	1
Reversões / (reforços) de Imparidade	-	-	-	(189)	-	(189)
<b>Resultados de financiamento</b>						
Rendimentos financeiros	665	3.291	15	75.617	(75.789)	3.800
Gastos de financiamento	(21.767)	(11.141)	-	(77.538)	75.789	(34.656)
<b>Resultado antes de impostos e CESE</b>	<b>59.280</b>	<b>34.249</b>	<b>2.065</b>	<b>7.728</b>	<b>-</b>	<b>103.322</b>
Imposto sobre o rendimento	(16.747)	(10.080)	(485)	(543)	-	(27.854)
Contribuição extraordinária sobre o setor energético (CESE)	(17.434)	(6.955)	-	-	-	(24.390)
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>25.099</b>	<b>17.214</b>	<b>1.579</b>	<b>7.185</b>	<b>-</b>	<b>51.078</b>

Os resultados por segmento para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2018 são como se segue:

	Eletricidade	Gás	Telecomunicações	Outros	Eliminações	Grupo
<b>Vendas e prestações de serviços</b>	<b>177.675</b>	<b>111.834</b>	<b>3.110</b>	<b>18.506</b>	<b>(24.114)</b>	<b>287.010</b>
Inter-segmentos	166	6.723	-	17.225	(24.114)	-
Externas	177.509	105.112	3.110	1.280	-	287.010
Rendimentos de construção em ativos concessionados	27.582	11.695	-	-	-	39.277
Gastos de construção em ativos concessionados	(20.773)	(9.637)	-	-	-	(30.410)
Ganhos e perdas imputadas de associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	2.542	-	2.542
Fornecimentos e serviços externos	(19.590)	(21.551)	(811)	(7.352)	27.129	(22.176)
Gastos com pessoal	(9.717)	(6.264)	(135)	(11.137)	-	(27.253)
Outros gastos e rendimentos operacionais	6.920	236	(20)	(120)	(3.015)	4.000
<b>Cash flow operacional</b>	<b>162.096</b>	<b>86.314</b>	<b>2.143</b>	<b>2.439</b>	<b>-</b>	<b>252.990</b>
Rendimentos de participação capital (dividendos)	-	-	-	4.968	-	4.968
<b>Gastos não reembolsáveis</b>						
Depreciações e amortizações	(77.720)	(39.829)	(14)	(93)	-	(117.656)
Reversões / (reforços) de provisões	(195)	(38)	-	175	-	(57)
Reversões / (reforços) de Imparidade	-	84	-	(189)	-	(105)
<b>Resultados de financiamento</b>						
Rendimentos financeiros	317	6.004	15	76.446	(77.806)	4.975
Gastos de financiamento	(22.640)	(14.112)	-	(78.702)	77.806	(37.648)
<b>Resultado antes de impostos e CESE</b>	<b>61.858</b>	<b>38.423</b>	<b>2.144</b>	<b>5.044</b>	<b>-</b>	<b>107.467</b>
Imposto sobre o rendimento	(17.932)	(10.344)	(501)	(468)	-	(29.246)
Contribuição extraordinária sobre o setor energético (CESE)	(18.123)	(7.275)	-	-	-	(25.398)
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>25.802</b>	<b>20.804</b>	<b>1.643</b>	<b>4.576</b>	<b>-</b>	<b>52.823</b>

As transações inter-segmentos são efetuadas a condições e termos de mercado, equiparáveis às transações efetuadas com entidades terceiras.

O rédito incluído no segmento "Outros" refere-se, essencialmente, à prestação de serviços de administração e de *back office* a entidades do Grupo e a terceiras entidades.

Os ativos e passivos por segmento, bem como os investimentos em ativos fixos tangíveis e intangíveis para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, são como se segue:

	Eletricidade	Gás	Telecomunicações	Outros	Eliminações	Grupo
<b>Ativos do segmento</b>						
Participações financeiras	-	869.119	-	1.748.835	(2.617.954)	-
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	2.515.847	1.609.678	32	307	-	4.125.863
Outros ativos	456.968	267.014	6.129	6.188.991	(5.993.075)	926.027
<b>Total do ativo</b>	<b>2.972.814</b>	<b>2.745.811</b>	<b>6.161</b>	<b>7.938.133</b>	<b>(8.611.029)</b>	<b>5.051.890</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>2.290.123</b>	<b>1.337.232</b>	<b>2.748</b>	<b>6.145.407</b>	<b>(6.112.427)</b>	<b>3.663.083</b>
<b>Total do investimento no período</b>	<b>36.521</b>	<b>13.368</b>	-	-	-	<b>49.889</b>
Investimento em ativos fixos tangíveis (Nota 5)	-	-	-	-	-	-
Investimento em ativos intangíveis - Ativos de concessão (Nota 5)	36.521	13.368	-	-	-	49.889
Investimentos em associadas (Nota 7)	-	-	-	166.719	-	166.719
Investimentos em empreendimentos conjuntos (Nota 7)	-	-	-	2.710	-	2.710

Os ativos e passivos por segmento, bem como os investimentos em ativos fixos tangíveis e intangíveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, são como se segue:

	Eletricidade	Gás	Telecomunicações	Outros	Eliminações	Grupo
<b>Ativos do segmento</b>						
Participações financeiras	-	1.048.895	-	1.806.895	(2.855.790)	-
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	2.556.204	1.636.523	48	404	-	4.193.180
Outros ativos	542.992	537.379	7.618	6.374.865	(6.464.460)	998.394
<b>Total do ativo</b>	<b>3.099.196</b>	<b>3.222.798</b>	<b>7.666</b>	<b>8.182.164</b>	<b>(9.320.250)</b>	<b>5.191.574</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>2.398.236</b>	<b>1.509.250</b>	<b>3.940</b>	<b>6.280.771</b>	<b>(6.464.460)</b>	<b>3.727.737</b>
<b>Total do investimento no exercício</b>	<b>85.608</b>	<b>36.167</b>	-	<b>173</b>	-	<b>121.948</b>
Investimento em ativos fixos tangíveis (Nota 5)	-	-	-	173	-	173
Investimento em ativos intangíveis - Ativos de concessão (Nota 5)	85.608	36.167	-	-	-	121.775
Investimentos em associadas (Nota 7)	-	-	-	165.207	-	165.207
Investimentos em empreendimentos conjuntos (Nota 7)	-	-	-	2.635	-	2.635

Os passivos incluídos no segmento "Outros" correspondem, essencialmente, a financiamentos externos obtidos diretamente pela REN SGPS, S.A. e REN Finance, B.V. para financiamento das diversas atividades do Grupo REN.

As rubricas da demonstração da posição financeira e da demonstração dos resultados para cada segmento de negócio resultam dos montantes registrados diretamente nas demonstrações financeiras individuais das empresas que constituem o Grupo incluídas no perímetro de cada segmento, corrigidas da anulação das transações intra-segmentos.



## 5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, os movimentos reconhecidos nos ativos fixos tangíveis e intangíveis foram como se segue:

	1 de janeiro de 2019			Movimentos					30 de junho de 2019		
	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Ativo líquido	Adições	Alienações e abates e outras reclassificações	Transferências	Depreciação - exercício	Depreciação - alienações, transferências, abates e outras reclassificações	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Ativo líquido
<b>Ativos fixos tangíveis:</b>											
Equipamento básico e outros	107	(107)	-	-	-	-	-	-	107	(107)	-
Equipamento de transporte	1.008	(572)	437	-	(97)	-	(110)	92	911	(590)	321
Equipamento administrativo	404	(288)	116	-	(4)	-	(24)	4	400	(308)	92
Edifícios e outras construções	27	(19)	8	-	-	-	(3)	-	27	(22)	5
	<b>1.546</b>	<b>(985)</b>	<b>561</b>	<b>-</b>	<b>(101)</b>	<b>-</b>	<b>(137)</b>	<b>96</b>	<b>1.445</b>	<b>(1.027)</b>	<b>419</b>
	1 de janeiro de 2019			Movimentos					30 de junho de 2019		
	Custo de aquisição	Amortizações acumuladas	Ativo líquido	Adições	Alienações e abates e outras reclassificações	Transferências	Depreciação - exercício	Depreciação - alienações, transferências, abates e outras reclassificações	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Ativo líquido
<b>Ativos intangíveis:</b>											
Ativos de concessão	8.161.166	(4.073.426)	4.087.740	607	(774)	49.573	(117.046)	755	8.210.572	(4.189.717)	4.020.855
Ativos intangíveis em curso - ativos de concessão	104.880	-	104.880	49.282	-	(49.573)	-	-	104.589	-	104.589
	<b>8.266.046</b>	<b>(4.073.426)</b>	<b>4.192.619</b>	<b>49.889</b>	<b>(774)</b>	<b>-</b>	<b>(117.046)</b>	<b>755</b>	<b>8.315.161</b>	<b>(4.189.717)</b>	<b>4.125.444</b>
<b>Total do ativo fixo tangível e intangível</b>	<b>8.267.591</b>	<b>(4.074.411)</b>	<b>4.193.180</b>	<b>49.889</b>	<b>(875)</b>	<b>-</b>	<b>(117.183)</b>	<b>851</b>	<b>8.316.606</b>	<b>(4.190.744)</b>	<b>4.125.863</b>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os movimentos reconhecidos nos ativos fixos tangíveis e intangíveis são como se segue:

	1 de janeiro de 2018			Movimentos				31 de dezembro de 2018			
	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Ativo líquido	Adições	Alienações e abates e outras reclassificações	Transferências	Depreciação - exercício	Depreciação - alienações, transferências, abates e outras reclassificações	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Ativo líquido
<b>Ativos fixos tangíveis:</b>											
Equipamento básico e outros	259	(107)	152	-	(152)	-	-	-	107	(107)	-
Equipamento de transporte	1.112	(365)	748	138	(242)	-	(360)	153	1.008	(572)	437
Equipamento administrativo	1.791	(386)	1.405	35	(1.422)	-	(44)	142	404	(288)	116
Edifícios e outras construções	27	(14)	13	-	-	-	(5)	-	27	(19)	8
Ativos tangíveis em curso	910	-	910	-	(910)	-	-	-	-	-	-
	<b>4.099</b>	<b>(871)</b>	<b>3.227</b>	<b>173</b>	<b>(2.726)</b>	<b>-</b>	<b>(409)</b>	<b>295</b>	<b>1.546</b>	<b>(985)</b>	<b>561</b>
	1 de janeiro de 2018			Movimentos				31 de dezembro de 2018			
	Custo de aquisição	Amortizações acumuladas	Ativo líquido	Adições	Alienações e abates e outras reclassificações	Transferências	Depreciação - exercício	Depreciação - alienações, transferências, abates e outras reclassificações	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Ativo líquido
<b>Ativos intangíveis:</b>											
Ativos de concessão	8.072.173	(3.838.256)	4.233.918	4.158	(1.311)	86.146	(234.646)	(524)	8.161.166	(4.073.426)	4.087.740
Ativos intangíveis em curso - ativos de concessão	72.499	-	72.499	117.617	910	(86.146)	-	-	104.880	-	104.880
	<b>8.144.672</b>	<b>(3.838.256)</b>	<b>4.306.417</b>	<b>121.775</b>	<b>(401)</b>	<b>-</b>	<b>(234.646)</b>	<b>(524)</b>	<b>8.266.046</b>	<b>(4.073.426)</b>	<b>4.192.619</b>
<b>Total do ativo fixo tangível e intangível</b>	<b>8.148.770</b>	<b>(3.839.128)</b>	<b>4.309.644</b>	<b>121.948</b>	<b>(3.127)</b>	<b>-</b>	<b>(235.055)</b>	<b>(229)</b>	<b>8.267.591</b>	<b>(4.074.411)</b>	<b>4.193.180</b>

As principais adições verificadas em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro 2018 detalham-se como se segue:

	Jun 2019	Dez 2018
<b>Segmento eletricidade:</b>		
Construção de linhas de 150KV e 220KV e outras	17.960	24.108
Construção de linha de 400 KV	4.212	13.394
Construção de novas subestações	636	290
Ampliação de subestações	7.964	29.906
Outras remodelações em subestações	1.443	5.460
Sistema de informação e telecomunicações	2.933	5.807
Construção zona-piloto - energia das ondas	97	208
Edifícios afetos à concessão	524	2.702
Outros ativos	751	3.733
<b>Segmento gás:</b>		
Projetos de expansão e melhoramento da rede de transporte de gás natural	1.874	6.362
Projeto de construção de cavidade de armazenamento subterrâneo de gás natural em Pombal	440	1.703
Projetos construção e <i>upgrade</i> de operacionalidade - Instalações de GNL	1.792	3.277
Projetos de distribuição de gás natural	9.263	24.825
<b>Segmentos outros:</b>		
Outros ativos	-	173
<b>Total das adições</b>	<b>49.889</b>	<b>121.948</b>

As principais transferências nos períodos findos em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 detalham-se como se segue:

	Jun 2019	Dez 2018
<b>Segmento eletricidade:</b>		
Construção de linhas de 150KV e 220KV e outras	11.420	12.610
Construção de linha de 400 KV	17.139	1.957
Ampliação de subestações	10.801	26.221
Outras remodelações em subestações	-	3.965
Sistema de informação e telecomunicações	-	5.153
Edifícios afetos à concessão	-	1.442
Outros ativos concessionados	265	1.215
<b>Segmento gás:</b>		
Projetos de expansão e melhoramento da rede de transporte de gás natural	374	4.724
Projeto de construção de cavidade de armazenamento subterrâneo de gás natural em Pombal	-	1.734
Projetos construção e <i>upgrade</i> de operacionalidade - Instalações de GNL	772	3.556
Projetos de distribuição e transporte de gás natural	8.803	23.570
<b>Total das transferências</b>	<b>49.573</b>	<b>86.146</b>

Os ativos intangíveis em curso em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 são conforme se segue:

	Jun 2019	Dez 2018
<b>Segmento eletricidade:</b>		
Projetos de linhas 150KV/220KV e 400KV	43.911	50.298
Ampliação e remodelação de subestações	31.393	32.015
Projetos de novas subestações	5.977	6.113
Edifícios afetos à concessão	2.530	2.006
Outros projetos	5.022	1.700
<b>Segmento gás:</b>		
Projetos de expansão e melhoramento da rede de transporte de gás natural	8.358	6.906
Projeto de construção de cavidade de armazenamento subterrâneo de gás natural em Pombal	2.784	2.350
Projetos construção e <i>upgrade</i> de operacionalidade - Instalações de GNL	1.066	106
Projetos de distribuição de gás natural	3.548	3.386
<b>Total do ativo em curso</b>	<b>104.589</b>	<b>104.880</b>

Os encargos financeiros capitalizados em ativos intangíveis em curso, no período findo em 30 de junho de 2019, ascenderam a 1.183 milhares de Euros (2.017 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2018), enquanto os encargos de estrutura e de gestão ascenderam a 8.373 milhares de Euros (17.408 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2018) (Nota 21).

Nos períodos findos em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o valor líquido dos ativos intangíveis que são financiados através de contratos de locação, é como se segue:

	Jun 2019	Dez 2018
Valor bruto	6.387	6.525
Amortizações e depreciações acumuladas	(2.891)	(2.481)
<b>Valor líquido</b>	<b>3.496</b>	<b>4.044</b>

## 6 GOODWILL

A rubrica de "Goodwill" representa a diferença entre o montante pago na aquisição e o justo valor dos ativos, passivos e passivos identificáveis das empresas adquiridas, à data da aquisição do negócio, e em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 detalha-se da seguinte forma:

Subsidiárias	Ano de aquisição	Custo de aquisição	%	Jun 2019	Dez 2018
REN Atlântico, Terminal de GNL, S.A.	2006	32.580	100%	2.454	2.642
REN Portgás Distribuição, S.A.	2017	503.015	100%	1.235	1.235
				<b>3.688</b>	<b>3.877</b>

O movimento nos períodos findos em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 foi o seguinte:

Subsidiárias	Saldo em 1 de janeiro de 2018	Aumentos	Diminuições	Correção ao preço de aquisição	Saldo em 31 de dezembro de 2018	Aumentos	Diminuições	Saldo em 30 de junho de 2019
REN Atlântico, Terminal de GNL, S.A.	3.020	-	(377)	-	2.642	-	(189)	2.454
REN Portgás Distribuição, S.A.	16.082	-	-	(14.847)	1.235	-	-	1.235
	<b>19.102</b>	-	<b>(377)</b>	<b>(14.847)</b>	<b>3.877</b>	-	<b>(189)</b>	<b>3.688</b>

## 7 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a informação financeira relativa às participações financeiras detidas detalha-se da seguinte forma:

Empresa	Atividade	Sede social	30 de junho de 2019										Valor escriturado	Proporção no resultado	
			Capital social	Ativo corrente	Ativo não corrente	Passivo corrente	Passivo não corrente	Rendimentos	Resultado líquido	Capital próprio	%				
<b>Método da equivalência patrimonial:</b>															
<b>Associada:</b>															
OMIP - Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A.	Gestão de participações	Lisboa	2.610	953	28.524	335	-	248	47	29.142	40	11.450	1.633		
Electrogas, S.A.	Transporte de Gás	Chile	18.687	8.621	43.047	8.937	10.939	16.167	9.064	31.793	42,5	155.269	3.880		
												<b>166.719</b>	<b>5.513</b>		
<b>Empreendimento conjunto:</b>															
Centro de Investigação em Energia REN - STATE GRID, S.A.	Investigação e Desenvolvimento	Lisboa	3.000	6.140	43	742	13	922	152	5.428	50	2.710	76		
												<b>169.429</b>	<b>5.589</b>		
<b>31 de dezembro de 2018</b>															
Empresa	Atividade	Sede social	Capital social	Ativo corrente	Ativo não corrente	Passivo corrente	Passivo não corrente	Rendimentos	Resultado líquido	Capital próprio	%	Valor escriturado	Proporção no resultado		
<b>Método da equivalência patrimonial:</b>															
<b>Associada:</b>															
OMIP - Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A.	Gestão de participações	Lisboa	2.610	1.179	26.180	353	-	1.117	(1.360)	27.006	40	9.817	(531)		
Electrogas, S.A.	Transporte de Gás	Chile	18.573	6.178	44.843	5.834	11.069	30.695	15.764	34.118	42,5	155.390	6.495		
												<b>165.207</b>	<b>5.964</b>		
<b>Empreendimento conjunto:</b>															
Centro de Investigação em Energia REN - STATE GRID, S.A.	Investigação e Desenvolvimento	Lisboa	3.000	6.015	83	806	16	1.447	(353)	5.276	50	2.635	(176)		
												<b>167.841</b>	<b>5.787</b>		

## Associadas

O movimento ocorrido na rubrica de “Participações financeiras em empresas associadas” no período findo em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 foi o seguinte:

<b>Participações financeiras em associadas</b>	
<b>A 1 de janeiro de 2018</b>	<b>159.216</b>
Resultado apropriado pela aplicação do método da equivalência patrimonial	5.964
Conversão de demonstrações financeiras em moeda estrangeira	6.914
Atribuição de dividendos da Electrogas	(6.917)
Outras variações de capital	29
<b>A 31 de dezembro de 2018</b>	<b>165.207</b>
Resultado apropriado pela aplicação do método da equivalência patrimonial	5.513
Conversão de demonstrações financeiras em moeda estrangeira	961
Atribuição de dividendos da Electrogas	(4.933)
Outras variações de capital	(29)
<b>A 30 de junho de 2019</b>	<b>166.719</b>

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o Grupo adquiriu uma participação de 42,5%, do capital social da sociedade chilena - Electrogas S.A., pelo montante de 169.285 milhares de Euros. Esta sociedade detém um gasoduto na zona central do Chile com 165,6 Quilómetros de comprimento. Trata-se de um gasoduto de grande relevância no país, que liga o terminal de regaseificação de Quintero a Santiago (a capital e o maior centro populacional chileno) e a Valparaíso (um dos portos mais importantes do Chile). A sociedade tem como objeto social a prestação de serviços transporte de gás natural e outros combustíveis.

O montante total de dividendos reconhecidos de associadas, no decorrer do período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, foi de 4.933 milhares de Euros, dos quais 2.660 milhares de Euros foram recebidos e incluídos na demonstração dos fluxos de caixa.

O valor proporcional do resultado na OMIP, SGPS inclui o efeito do ajustamento proveniente de alterações às Demonstrações Financeiras de exercícios anteriores, efetuadas após aplicação do método de equivalência patrimonial. Esta participação encontra-se classificada como associada.

## Empreendimentos conjuntos

O movimento ocorrido na rubrica de “Participações financeiras em empreendimentos conjuntos” no período findo em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 foi o seguinte:

<b>Participações financeiras em empreendimentos conjuntos</b>	
<b>A 1 de janeiro de 2018</b>	<b>2.811</b>
Resultado apropriado pela aplicação do método da equivalência patrimonial	(176)
<b>A 31 de dezembro de 2018</b>	<b>2.635</b>
Resultado apropriado pela aplicação do método da equivalência patrimonial	76
<b>A 30 de junho de 2019</b>	<b>2.710</b>

Na sequência de um acordo conjunto de parceria tecnológica entre a REN - Redes Energéticas Nacionais e a State Grid International Development (SGID), foi criado em maio de 2013 um centro de I&D, em Portugal, dedicado aos sistemas de energia denominado - Centro de Investigação em Energia REN - STATE GRID, S.A., controlado conjuntamente pelas duas entidades.

O referido Centro de Investigação pretende tornar-se uma plataforma de conhecimento internacional, catalisadora de soluções e ferramentas inovadoras, aplicadas à operação e planeamento das redes de transporte de energia.

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a informação financeira relativa ao empreendimento conjunto detido detalha-se da seguinte forma:

	30 de junho de 2019					
	Caixa e equivalentes de caixa	Passivos financeiros correntes	Passivos financeiros não correntes	Depreciações e amortizações	Gastos de juros	(Gasto) / rendimento do imposto sobre o rendimento
<b>Empreendimento conjunto:</b>						
Centro de Investigação em Energia REN - STATE GRID, S.A.	5.215	6	13	(50)	(1)	(4)

	31 de dezembro de 2018					
	Caixa e equivalentes de caixa	Passivos financeiros correntes	Passivos financeiros não correntes	Depreciações e amortizações	Gastos de juros	(Gasto) / rendimento do imposto sobre o rendimento
<b>Empreendimento conjunto:</b>						
Centro de Investigação em Energia REN - STATE GRID, S.A.	5.201	6	16	(493)	(1)	(7)

## 8 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A REN é tributada de acordo com o regime especial de tributação dos grupos de sociedades, do qual fazem parte as empresas localizadas em Portugal em que detém, direta ou indiretamente, pelo menos 75% do seu capital, os quais devem conferir mais de 50% dos direitos de voto, e cumprem os requisitos previstos no artigo 69.º do Código do IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2016 a 2019 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

No exercício de 2019, o Grupo é tributado em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas à taxa base de 21%, que será acrescida de uma derrama municipal de até um máximo de 1,5% sobre o lucro tributável, e uma derrama estadual de (i) 3,0% aplicável sobre o lucro tributável entre 1.500 milhares de Euros e 7.500 milhares de Euros, de (ii) 5,0% aplicável sobre lucro tributável entre 7.500 milhares de Euros e 35.000 milhares de Euros e de (iii) 9,0% para lucros tributáveis que excedam 35.000 milhares de Euros, resultando numa taxa máxima agregada de, aproximadamente, 31,5%.

A taxa de imposto utilizada na valorização das diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis em 30 de junho de 2019 foi atualizada para cada empresa pertencente ao perímetro de consolidação, utilizando uma taxa média face às perspetivas futuras do lucro tributável de cada empresa recuperável nos próximos exercícios.

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos períodos findos em 30 de junho de 2019 e 2018 são detalhados como se segue:

	Jun 2019	Jun 2018
Imposto corrente	23.932	38.773
Ajustamentos relativos ao imposto de exercícios anteriores	(87)	(792)
Imposto diferido	4.008	(8.735)
<b>Imposto sobre o rendimento</b>	<b>27.854</b>	<b>29.246</b>

A reconciliação do montante de imposto calculado à taxa nominal e o imposto reconhecido na demonstração dos resultados é conforme se segue:

	Jun 2019	Jun 2018
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>103.322</b>	<b>107.467</b>
<b>Diferenças permanentes:</b>		
Variações patrimoniais positivas / (negativas)	-	3.490
Gastos não dedutíveis	588	1.143
Rendimentos não tributáveis	(1.115)	375
<b>Diferenças temporárias:</b>		
Desvios tarifários	(7.503)	25.740
Provisões e imparidades	(38)	(137)
Reavaliações (incluídas no custo considerado dos ativos intangíveis)	(972)	(1.242)
Obrigações de benefícios de reforma	(2.478)	(2.281)
Instrumentos financeiros derivados	2	-
Outros	(24)	(25)
<b>Lucro tributável</b>	<b>91.781</b>	<b>134.529</b>
Imposto sobre o rendimento	18.989	27.451
Derrama estadual sobre o lucro tributável	3.178	8.742
Derrama municipal	1.347	2.193
Tributações autónomas	418	387
<b>Imposto corrente</b>	<b>23.932</b>	<b>38.773</b>
Imposto diferido	4.008	(8.735)
Ajustamentos relativos ao imposto de exercícios anteriores	(87)	(792)
<b>Gasto com impostos sobre o rendimento</b>	<b>27.854</b>	<b>29.246</b>
<b>Taxa efetiva de imposto</b>	<b>27,0%</b>	<b>27,2%</b>

## Imposto sobre o rendimento

Em 30 de junho de 2019 e 31 dezembro de 2018, o detalhe da rubrica "Imposto sobre o rendimento" a pagar e a receber é detalhada no quadro seguinte:

	Jun 2019	Dez 2018
<b>Imposto sobre o rendimento do exercício:</b>		
Imposto estimado	(23.932)	(50.405)
Pagamentos por conta	2.152	85.367
Retenções na fonte por terceiros	197	895
Imposto a receber /(pagar)	36.422	(487)
<b>Imposto a receber /(pagar)</b>	<b>14.838</b>	<b>35.371</b>



## Impostos diferidos

O detalhe dos impostos diferidos reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas é como se segue:

	Jun 2019	Dez 2018
<b>Impactos na demonstração dos resultados:</b>		
Ativos por impostos diferidos	(5.354)	(1.833)
Passivos por impostos diferidos	1.346	(7.706)
	<b>(4.008)</b>	<b>(9.540)</b>
<b>Impactos no capital próprio:</b>		
Ativos por impostos diferidos	2.776	(3.310)
Passivos por impostos diferidos	1.087	(6.404)
	<b>3.863</b>	<b>(9.714)</b>
<b>Impacto líquido dos impostos diferidos</b>	<b>(145)</b>	<b>(19.254)</b>

Os movimentos ocorridos nos impostos diferidos, por natureza, são como se segue:

### Evolução dos ativos por impostos diferidos – junho 2019

	Provisões e imparidades	Benefícios de reforma	Desvios tarifários	Instrumentos financeiros derivados	Reavaliação de ativos	Outros	Total
A 1 de janeiro de 2019	2.818	29.403	38.621	1.259	18.360	2.034	92.495
Aumento/reversão por reservas	-	(565)	-	3.341	-	-	2.776
Reversão por resultados	-	(751)	(3.602)	(173)	(926)	-	(5.452)
Aumento por resultados	12	-	-	-	-	85	97
<b>Movimento do período</b>	<b>12</b>	<b>(1.316)</b>	<b>(3.602)</b>	<b>3.169</b>	<b>(926)</b>	<b>85</b>	<b>(2.579)</b>
A 30 de junho de 2019	2.830	28.087	35.018	4.427	17.434	2.119	89.917

### Evolução dos ativos por impostos diferidos – dezembro 2018

	Provisões e imparidades	Benefícios de reforma	Desvios tarifários	Instrumentos financeiros derivados	Reavaliação de ativos	Outros	Total
A 1 de janeiro de 2018	2.886	36.506	36.227	928	21.117	74	97.737
Alterações do perímetro	(4)	-	-	-	(94)	-	(98)
Aumento/reversão por reservas	-	(5.546)	-	492	-	1.744	(3.310)
Reversão por resultados	(64)	(1.558)	(15)	(161)	(2.662)	-	(4.461)
Aumento por resultados	-	-	2.410	1	-	217	2.627
<b>Movimento do período</b>	<b>(68)</b>	<b>(7.104)</b>	<b>2.394</b>	<b>331</b>	<b>(2.756)</b>	<b>1.961</b>	<b>(5.242)</b>
A 31 de dezembro de 2018	2.818	29.403	38.621	1.259	18.360	2.034	92.495

Em 30 de junho de 2019, os ativos por impostos diferidos referem-se maioritariamente (i) às obrigações com os planos de benefícios atribuídos aos empregados, (ii) aos desvios tarifários a entregar à tarifa nos próximos exercícios e (iii) às reavaliações de ativos.

## Evolução dos passivos por impostos diferidos – junho 2019

	Desvios tarifários	Reavaliações ao abrigo de diplomas legais (incluídas no custo considerado)	Alocação de justo valor	Investimentos em instrumentos de capital próprio a justo valor por outro rendimento integral	Outros	Total
A 1 de janeiro de 2019	37.784	21.398	37.855	12.926	3.682	113.644
Aumento/reversão por reservas	-	-	-	(1.087)	-	(1.087)
Reversão por resultados	-	(709)	(684)	-	(413)	(1.805)
Aumento por resultados	460	-	-	-	-	460
Movimentos do período	460	(709)	(684)	(1.087)	(413)	(2.433)
A 30 de junho de 2019	38.244	20.689	37.171	11.840	3.268	111.211

## Evolução dos passivos por impostos diferidos – dezembro 2018

	Desvios tarifários	Reavaliações ao abrigo de diplomas legais (incluídas no custo considerado)	Alocação de justo valor	Investimentos em instrumentos de capital próprio a justo valor por outro rendimento integral	Outros	Total
A 1 de janeiro de 2018	26.639	22.856	39.240	10.790	9	99.534
Aumento/reversão por reservas	-	-	-	2.136	4.268	6.404
Reversão por resultados	-	(1.458)	(1.385)	-	(595)	(3.439)
Aumento por resultados	11.145	-	-	-	-	11.145
Movimentos do período	11.145	(1.458)	(1.385)	2.136	3.673	14.110
A 31 de dezembro de 2018	37.784	21.398	37.855	12.926	3.682	113.644

Os passivos por impostos diferidos relativos a reavaliações resultam de reavaliações efetuadas em exercícios anteriores ao abrigo de diplomas legais. O efeito destes impostos diferidos reflete a não dedução fiscal de 40% das amortizações das reavaliações efetuadas (incluídas no custo considerado dos ativos aquando da transição para as IFRS).

Os diplomas legais na base das reavaliações foram os seguintes:

Diplomas legais (Reavaliações)	
Segmento eletricidade	Segmento gás natural
Decreto-Lei nº 430/78	Decreto-Lei nº 140/2006
Decreto-Lei nº 399-G/81	Decreto-Lei nº 66/2016
Decreto-Lei nº 219/82	
Decreto-Lei nº 171/85	
Decreto-Lei nº 118-B/86	
Decreto-Lei nº 111/88	
Decreto-Lei nº 7/91	
Decreto-Lei nº 49/91	
Decreto-Lei nº 264/92	

## 9 CLASSIFICAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

As políticas contabilísticas para instrumentos financeiros de acordo com as categorias da IFRS 9 foram aplicadas aos seguintes ativos e passivos financeiros:

### - junho 2019

	Notas	Ativos financeiros ao custo amortizado - Instrumentos de dívida	Ativos financeiros ao justo valor - Instrumentos de capital por outro rendimento integral	Ativos/Passivos financeiros ao justo valor - Resultados do período	Empréstimos e contas a pagar	Outros ativos/passivos financeiros	Quantia escriturada	Justo valor
<b>Ativos</b>								
Caixa e equivalentes de caixa	13	-	-	-	-	25.359	25.359	25.359
Clientes e outras contas a receber	11	430.311	-	-	-	-	430.311	430.311
Outros ativos financeiros		-	-	-	-	57	57	57
Investimentos em instrumentos de capital próprio a justo valor por outro rendimento integral	10	-	157.722	-	-	-	157.722	157.722
Imposto sobre o rendimento a receber	8	14.838	-	-	-	-	14.838	14.838
Instrumentos financeiros derivados	12	-	14.279	18.258	-	-	32.537	32.537
		<b>445.149</b>	<b>172.002</b>	<b>18.258</b>	<b>-</b>	<b>25.416</b>	<b>660.825</b>	<b>660.825</b>
<b>Passivos</b>								
Empréstimos obtidos	16	-	-	400.000	2.290.630	-	2.690.630	2.771.048
Fornecedores e outras contas a pagar	19	-	-	-	460.763	-	460.763	460.763
Instrumentos financeiros derivados	12	-	24.672	3.750	-	-	28.422	28.422
		<b>-</b>	<b>24.672</b>	<b>403.750</b>	<b>2.751.394</b>	<b>-</b>	<b>3.179.816</b>	<b>3.260.233</b>

### - dezembro 2018

	Notas	Ativos financeiros ao custo amortizado - Instrumentos de dívida	Ativos financeiros ao justo valor - Instrumentos de capital por outro rendimento integral	Ativos/Passivos financeiros ao justo valor - Resultados do período	Empréstimos e contas a pagar	Outros ativos/passivos financeiros	Quantia escriturada	Justo valor
<b>Ativos</b>								
Caixa e equivalentes de caixa	13	-	-	-	-	35.735	35.735	35.735
Clientes e outras contas a receber	11	477.372	-	-	-	-	477.372	477.372
Outros ativos financeiros		-	-	-	-	45	45	45
Investimentos em instrumentos de capital próprio a justo valor por outro rendimento integral	10	-	162.552	-	-	-	162.552	162.552
Imposto sobre o rendimento a receber	8	35.371	-	-	-	-	35.371	35.371
Instrumentos financeiros derivados	12	-	10.940	10.070	-	-	21.010	21.010
		<b>512.743</b>	<b>173.493</b>	<b>10.070</b>	<b>-</b>	<b>35.780</b>	<b>732.086</b>	<b>732.086</b>
<b>Passivos</b>								
Empréstimos obtidos	16	-	-	400.000	2.306.340	-	2.706.340	2.765.151
Fornecedores e outras contas a pagar	19	-	-	-	515.196	-	515.196	515.196
Instrumentos financeiros derivados	12	-	10.877	2.076	-	-	12.952	12.952
		<b>-</b>	<b>10.877</b>	<b>402.076</b>	<b>2.821.536</b>	<b>-</b>	<b>3.234.489</b>	<b>3.293.299</b>

Os Empréstimos obtidos, tal como referido na Nota 3.6 das demonstrações financeiras consolidadas anuais, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, são mensurados, no reconhecimento inicial ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado, exceto relativamente aos quais tenha sido contratado derivado de cobertura de justo valor (Nota 12), que se encontram mensurados ao justo valor. Não obstante, a REN procede à divulgação do justo valor da rubrica de Empréstimos obtidos na sua totalidade, tendo por base um conjunto de dados observáveis relevantes, os quais se enquadram no nível 2 da hierarquia do justo valor.

O justo valor dos Empréstimos obtidos e derivados são calculados pelo método dos *cash flows* descontados, utilizando a curva de taxa de juro da data da demonstração da posição financeira, de acordo com as características de cada empréstimo.

O intervalo de taxas de mercado utilizado para cálculo do justo valor varia entre -0,3600% e 0,5007% (maturidades de um dia e doze anos, respetivamente).

O justo valor dos empréstimos contraídos pelo Grupo é, em 30 de junho de 2019, de 2.771.048 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2018 era de 2.765.151 milhares de Euros), dos quais 414.577 milhares de Euros se encontram parte registados a custo amortizado e inclui um elemento de justo valor resultante de movimentos na taxa de juro (em 31 de dezembro de 2018 era de 403.336 milhares de Euros).

## Estimativa de justo valor – ativos e passivos mensurados ao justo valor

A tabela seguinte apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados ao justo valor em 30 de junho de 2019, de acordo com os seguintes níveis de hierarquia de justo valor:

- Nível 1: justo valor de instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercados líquidos ativos à data de referência da demonstração da posição financeira;
- Nível 2: o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação;
- Nível 3: o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação, cujos principais *inputs* não são observáveis no mercado.

	Jun 2019				Dez 2018			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<b>Ativos:</b>								
Investimentos em instrumentos de capital próprio a justo valor por outro rendimento integral	99.172	54.968	-	154.140	105.562	53.409	-	158.971
Ativos financeiros ao justo valor	-	14.279	-	14.279	-	10.940	-	10.940
Ativos financeiros ao justo valor	-	18.258	-	18.258	-	10.070	-	10.070
	<b>99.172</b>	<b>87.505</b>	<b>-</b>	<b>186.677</b>	<b>105.562</b>	<b>74.419</b>	<b>-</b>	<b>179.981</b>
<b>Passivos:</b>								
Passivos financeiros ao justo valor	-	414.577	-	414.577	-	406.336	-	406.336
Passivos financeiros ao justo valor	-	24.672	-	24.672	-	10.877	-	10.877
Passivos financeiros ao justo valor reconhecidos em resultados	-	3.750	-	3.750	-	2.076	-	2.076
	<b>-</b>	<b>442.999</b>	<b>-</b>	<b>442.999</b>	<b>-</b>	<b>419.288</b>	<b>-</b>	<b>419.288</b>

Relativamente aos saldos de contas a receber e contas a pagar correntes, o seu valor líquido contabilístico constitui uma razoável aproximação ao justo valor.

As contas a pagar e receber não correntes referem-se, essencialmente, aos desvios tarifários cujos valores são publicados pela ERSE e o seu valor líquido contabilístico constitui uma razoável aproximação ao justo valor, na medida em que os mesmos incorporam um efeito financeiro associado ao valor temporal do dinheiro, sendo incorporados nas tarifas nos dois anos subsequentes.

## Gestão de riscos financeiros

Desde o último período anual de reporte até à data de 30 de junho de 2019, não se verificaram alterações significativas na gestão dos riscos financeiros da Empresa comparativamente aos riscos já divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018. A descrição dos riscos pode ser consultada na Nota 4 - Políticas de Gestão do Risco Financeiro das demonstrações financeiras consolidadas anuais, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

## 10 INVESTIMENTOS EM INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO A JUSTO VALOR POR OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, os ativos reconhecidos nesta rubrica referem-se a instrumentos de capital próprio detidos em entidades consideradas estratégicas pelo Grupo. Esta rubrica refere-se às seguintes participações:

	Sede social			Valor contabilístico	
	Localidade	País	% detida	Jun 2019	Dez 2018
OMEL - Operador del Mercado Ibérico de Energia (Pólo Espanhol)	Madrid	Espanha	10,00%	3.167	3.167
Red Eléctrica Corporación, S.A. ("REE")	Madrid	Espanha	1,00%	99.172	105.562
Hidroeléctrica de Cahora Bassa ("HCB")	Maputo	Moçambique	7,50%	54.968	53.409
Coreso, S.A.	Bruxelas	Bélgica	7,90%	164	164
MIBGÁS, S.A.	Madrid	Espanha	6,67%	202	202
MIBGÁS Derivatives, S.A.	Madrid	Espanha	9,70%	48	48
				<b>157.722</b>	<b>162.552</b>

Os movimentos registados nesta rubrica foram os seguintes:

	OMEL	HCB	REE	Coreso	MIBGÁS	MIBGÁS Derivatives	Outras	Total
1 de janeiro de 2018	3.167	51.591	101.311	164	202	-	5	156.439
Aquisições	-	-	-	-	-	48	-	48
Ajustamento de justo valor	-	1.818	4.251	-	-	-	-	6.069
Outras	-	-	-	-	-	-	(5)	(5)
31 de dezembro de 2018	3.167	53.409	105.562	164	202	48	-	162.552
1 de janeiro de 2019	3.167	53.409	105.562	164	202	48	-	162.552
Ajustamento de justo valor	-	1.559	(6.390)	-	-	-	-	(4.831)
30 de junho de 2019	3.167	54.968	99.172	164	202	48	-	157.722

A Red Eléctrica Corporación, S.A. ("REE") é a entidade responsável pela gestão da rede elétrica em Espanha. O Grupo adquiriu 1% de ações da REE como parte de um acordo celebrado entre os governos de Portugal e Espanha. A REE está listada na Bolsa de Madrid integrando o índice "IBEX 35" e o ativo financeiro foi registado na data da demonstração da posição financeira de acordo com a cotação em 30 de junho de 2019.

A REN é detentora de 2.060.661.943 ações representativas de 7,5 % na Hidroeléctrica de Cahora Bassa, S.A. ("HCB") do capital social e direito de voto da HCB, sociedade de direito moçambicano, transmitidas na sequência do preenchimento das condições do contrato celebrado em 9 de abril de 2012, entre a REN, a Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A., a CEZA – Companhia Eléctrica do Zambeze, S.A. e a EDM – Electricidade de Moçambique, EP. Esta participação foi inicialmente registada pelo seu custo de aquisição (38.400 milhares de Euros) e posteriormente ajustada para o seu justo valor.

A REN detém uma participação financeira do capital social da Coreso, participada também por importantes TSO Europeus que, como iniciativa de Coordenação de Segurança Regional (RSCI), assiste os TSO no fornecimento de eletricidade em segurança na Europa. Neste contexto, a Coreso desenvolve e executa atividades de planeamento operacional que envolvem a análise e coordenação da rede regional Europeia de eletricidade, com foco na coordenação de serviços, variando desde a coordenação com vários dias de antecedência até perto do tempo real.

Em 30 de junho de 2019, a REN é ainda detentora de uma participação de 6,67%, adquirida no decorrer do primeiro semestre de 2016, do capital social do MIBGÁS, S.A., sociedade gestora do mercado organizado de gás, o qual é responsável pelo desenvolvimento das atividades de operador de mercado grossista de gás natural na Península Ibérica.

No âmbito do processo de criação do Operador Único do Mercado Ibérico de Eletricidade (OMI) em 2011, e em conformidade com o que estava previsto no acordo entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha relativo à constituição de um mercado ibérico de energia elétrica, a Empresa adquiriu 10% do capital social do OMEL, Operador del Mercado Ibérico de Energia, S.A., polo espanhol do Operador Único, pelo valor global de 3.167 milhares de Euros.

Em 30 de junho de 2019, a REN é ainda detentora de uma participação de 9,70%, adquirida pelo montante de 48 milhares de Euros, do capital social do MIBGÁS Derivatives, S.A., sociedade gestora da negociação do mercado organizado de produtos de futuros de gás natural, de produtos spot de gás natural liquefeito e de produtos spot nas armazenagens subterrâneas na Península Ibérica.

Na medida em que não existe um preço de mercado disponível para os investimentos referidos (OMEL, MIBGÁS, MIBGÁS Derivatives e Coreso) e não sendo possível determinar o justo valor no período recorrendo a transações comparáveis, estas participações encontram-se refletidas contabilisticamente ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade, tal como descrito na Nota 3.6 – Ativos e Passivos Financeiros das demonstrações financeiras consolidadas anuais.

Relativamente ao investimento detido na OMEL, Coreso, MIBGÁS e MIBGÁS Derivatives não existe, na data de relato, qualquer indício de imparidade.

Os ajustamentos nos investimentos em instrumentos de capital próprio a justo valor por outro rendimento integral são registados em capital próprio na rubrica “Reserva de justo valor”, que em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 apresenta os seguintes montantes:

<b>Reserva de justo valor</b>	
<b>(Nota 15)</b>	
<b>1 de janeiro de 2018</b>	<b>53.778</b>
Variação de justo valor	6.069
Efeito fiscal	(2.136)
<b>31 de dezembro de 2018</b>	<b>57.711</b>
<b>1 de janeiro de 2019</b>	<b>57.711</b>
Variação de justo valor	(4.830)
Efeito fiscal	1.087
<b>30 de junho de 2019</b>	<b>53.968</b>

O montante total de dividendos reconhecidos de associadas no decorrer do período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, na demonstração consolidada dos resultados, foi de 3.934 milhares de Euros, dos quais 1.477 milhares de Euros foram recebidos relativos a dividendos que tinham sido atribuídos no exercício de 2018 e 87 milhares de Euros foram recebidos relativos a dividendos distribuídos no exercício de 2019. Estes montantes encontram-se refletidos na demonstração dos fluxos de caixa.

O detalhe dos dividendos por entidade, no decorrer do período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 e 2018, é apresentado no quadro seguinte:

	Jun 2019	Jun 2018
Red Electrica Corporación, S.A. (“REE”)	3.847	3.595
Hidroeléctrica de Cahora Bassa, S.A (“HCB”)	-	1.281
OMEL - Operador del Mercado Ibérico de Energia (Pólo Espanhol)	87	91
	<b>3.934</b>	<b>4.968</b>

## 11 CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 30 de junho de 2019 e 31 dezembro de 2018, o detalhe da rubrica de “Clientes e outras contas a receber” é o seguinte:

	Jun 2019			Dez 2018		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Clientes e outras contas a receber	268.790	155	268.945	294.602	6.005	300.607
Imparidade de clientes e contas a receber	(2.942)	-	(2.942)	(2.942)	-	(2.942)
<b>Clientes - Valor líquido</b>	<b>265.848</b>	<b>155</b>	<b>266.003</b>	<b>291.660</b>	<b>6.005</b>	<b>297.665</b>
Desvios tarifários	63.534	89.954	153.488	116.561	44.241	160.802
Estado e Outros Entes Públicos	10.820	-	10.820	18.904	-	18.904
<b>Clientes e outras contas a receber</b>	<b>340.202</b>	<b>90.109</b>	<b>430.311</b>	<b>427.125</b>	<b>50.246</b>	<b>477.372</b>

Na composição dos saldos da rubrica de “Clientes e outras contas a receber” em 30 de junho de 2019, assume particular relevância: (i) o montante em dívida da EDP – Distribuição de Energia, S.A., o qual ascende a 81.044 milhares de Euros (80.037 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2018); (ii) da Galp Gás Natural, S.A., o qual ascende a 16.346 milhares de Euros (11.547 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2018); e (iii) o montante a receber de 18.744 milhares de Euros, tal como definido pelo regulador ERSE, no quadro das medidas de sustentabilidade do Sistema Elétrico Nacional (31.638 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2018).

No saldo da rubrica de “Clientes e outras contas a receber”, em 30 de junho de 2019, destaca-se ainda a faturação a emitir da atividade do Gestor de Mercado (MIBEL – Mercado Ibérico de Eletricidade), no montante de 14.491 milhares de Euros (22.722 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2018) e o montante a faturar à EDP Distribuição de Energia, S.A., de 1 milhão de Euros (7.975 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2018), relativos aos CMEC, também refletidos na rubrica de “Fornecedores e outras contas a pagar” (Nota 19).

Esta transação configura-se como uma transação de “Agente” na demonstração consolidada dos resultados da REN, facto pelo qual se encontra compensada nessa demonstração.

Os movimentos ocorridos na rubrica de “Imparidade de clientes e outras contas a receber” detalha-se como se segue:

	Jun 2019	Dez 2018
Saldo inicial	(2.942)	(3.043)
Alterações do perímetro	-	453
Aumentos	-	(352)
Reversões	-	-
Saldo final	(2.942)	(2.942)

## 12 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o Grupo REN tinha os seguintes instrumentos financeiros derivados contratados:

	Nacional	30 de junho de 2019			
		Ativo		Passivo	
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
<b>Derivados designados como cobertura de fluxos de caixa</b>					
Swaps de taxa de juro	600 000 mEUR	-	-	-	24.672
Swap de taxa de câmbio e de juro	72 899 mEUR	-	14.279	-	-
		-	14.279	-	24.672
<b>Derivados designados como cobertura de justo valor</b>					
Swaps de taxa de juro	400 000 mEUR	-	18.258	-	-
		-	18.258	-	-
<b>Derivados de negociação</b>					
Derivados de negociação	60 000 mEUR	-	-	-	3.750
		-	-	-	3.750
<b>Instrumentos financeiros derivados</b>		-	32.537	-	28.422

	Nocional	31 de dezembro de 2018			
		Ativo		Passivo	
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
<b>Derivados designados como cobertura de fluxos de caixa</b>					
Swaps de taxa de juro	600 000 mEUR	-	-	-	10.877
Swap de taxa de câmbio e de juro	72 899 mEUR	-	10.940	-	-
		-	<b>10.940</b>	-	<b>10.877</b>
<b>Derivados designados como cobertura de justo valor</b>					
Swaps de taxa de juro	400 000 mEUR	-	10.070	-	-
		-	<b>10.070</b>	-	-
<b>Derivados de negociação</b>					
Derivados de negociação	60 000 mEUR	-	-	-	2.076
		-	-	-	<b>2.076</b>
<b>Instrumentos financeiros derivados</b>					
		-	<b>21.010</b>	-	<b>12.952</b>

A valorização da carteira de instrumentos financeiros derivados é baseada em avaliações de justo valor efetuadas por entidades externas especializadas.

O valor reconhecido nesta rubrica refere-se a contratos *swap* de taxa de juro e *cross currency swap*, contratados pela REN SGPS com o objetivo de cobrir o risco de flutuação das taxas de juro e câmbio futuras, cujas contrapartes são instituições financeiras internacionais com uma sólida notação de risco de crédito e instituições nacionais de primeira linha.

Estão incluídos nos valores apresentados o valor dos juros corridos, a receber ou a pagar à data de 30 de junho de 2019, relativos a estes instrumentos financeiros, no montante líquido a receber de 2.054 milhares de Euros (à data de 31 de dezembro de 2018 era de 2.136 milhares de Euros a receber).

As características dos instrumentos financeiros derivados contratados associados a operações de financiamento em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 eram as seguintes:

	Nocional de referência	REN paga	REN recebe	Vencimento	Justo valor em 30 de junho de 2019	Justo valor em 31 de dezembro de 2018
<b>Derivados designados como cobertura de fluxos de caixa</b>						
Swaps de taxa de juro	600 000 mEuros	[0,75%;1,266%]	[-0,318%;0,00%] - Taxas variáveis	[jun-2024;fev-2025]	(24.672)	(10.877)
Swaps de taxa de câmbio e de juro	72 899 mEUR	[0,00%;1,592%] - taxas variáveis	2,71%	2024	14.279	10.940
					<b>(10.393)</b>	<b>64</b>
<b>Derivados designados como cobertura de justo valor</b>						
Swaps de taxa de juro	400 000 mEuros	[-0,233%;0,101%] - taxas variáveis	[0,611%;1,724%]	[out-2020; fev-2025]	18.258	10.070
					<b>18.258</b>	<b>10.070</b>
<b>Derivados designados como negociação</b>						
Swaps de taxa de juro	60 000 mEuros	[-0,308%;0,00%] - taxas variáveis	[0,00%;0,99%]	2024	(3.750)	(2.076)
					<b>(3.750)</b>	<b>(2.076)</b>
				<b>Total</b>	<b>4.115</b>	<b>8.058</b>

A periodicidade dos fluxos pagos e recebidos da carteira de instrumentos financeiros derivados é trimestral, semestral e anual para os contratos de cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa, semestral e anual para os derivados designados como de cobertura de justo valor e semestral para o derivado de negociação.

O escalonamento do nocional de referência dos derivados de cobertura de fluxos de caixa e de justo valor em 30 de junho de 2019 é apresentado no quadro seguinte:

	2020	2021	2022	2023	2024	Anos seguintes	Total
Swaps de taxa de juro (cobertura de fluxos de caixa)	-	-	-	-	300.000	300.000	600.000
Swaps de taxa de juro e câmbio (cobertura de fluxos de caixa)	-	-	-	-	72.899	-	72.899
Swaps de taxa de juro (cobertura de justo valor)	100.000	-	-	-	-	300.000	400.000
Swaps de negociação	-	-	-	-	-	60.000	60.000
<b>Total</b>	<b>100.000</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>372.899</b>	<b>660.000</b>	<b>1.132.899</b>



## Swaps:

### Cobertura de fluxos de caixa

O Grupo procede à cobertura de uma parcela de pagamentos futuros de juros de dívida através da contratação de *swaps* de taxa de juro em que paga uma taxa fixa e recebe uma taxa variável.

À data de 30 de junho de 2019, o notional dos derivados de cobertura de fluxos de caixa é de 600.000 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2018 era de 600.000 milhares de Euros). Esta é uma cobertura do risco de taxa de juro associado aos pagamentos de juros à taxa variável decorrentes de passivos financeiros reconhecidos. O risco coberto é o indexante da taxa variável ao qual estão associados os juros dos financiamentos. O objetivo desta cobertura é transformar os empréstimos de taxa de juro variável em taxa de juro fixa, sendo que o risco de crédito não se encontra a ser coberto. O justo valor dos *swaps* de taxa de juro, em 30 de junho de 2019, é de 24.672 milhares de Euros negativos (em 31 de dezembro de 2018 era de 10.877 milhares de Euros negativos).

Adicionalmente, o Grupo procede à cobertura da sua exposição ao risco de fluxos de caixa da sua emissão obrigacionista de 10.000 milhões de JPY, decorrente do risco cambial, através de um *cross currency swap* com as características principais equivalentes às da dívida emitida. Este mesmo instrumento de cobertura é utilizado para uma cobertura de justo valor do risco de taxa de juro da referida emissão obrigacionista através da componente *forward start swap* que teve início em junho de 2019. As variações de justo valor do instrumento de cobertura encontram-se igualmente a ser diferidas em reservas de cobertura. Desde junho de 2019, o derivado cobre a exposição a JPY e o risco de taxa de juro, transformando a operação numa cobertura de justo valor. O risco de crédito não se encontra coberto.

De referir que são registados na demonstração dos resultados os montantes decorrentes do instrumento de cobertura quando a transação coberta afeta os resultados do exercício.

O justo valor do *cross currency swap*, a 30 de junho de 2019, é de 14.279 milhares de Euros positivos (em 31 de dezembro de 2018 era de 10.940 milhares de Euros positivos).

O efeito cambial do subjacente (empréstimo), em 30 de junho de 2019, foi desfavorável no montante de 2.106 milhares de Euros, tendo sido compensado pelo efeito favorável do instrumento de cobertura na demonstração dos resultados do exercício (em 30 de junho de 2018 foi desfavorável em 3.427 milhares de Euros).

A componente ineficaz relativa à cobertura de justo valor registada na demonstração da posição financeira, em 30 de junho de 2019, foi de 9.135 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2018 era de 7.321 milhares de Euros). Desta forma, o efeito registado na demonstração consolidada dos resultados do período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 ascende a 1.813 milhares de Euros.

O valor registado em reservas referente às coberturas de fluxos de caixa acima referidas é, a 30 de junho de 2019, de 28.070 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2018 era de 13.647 milhares de Euros).

Os movimentos registados na reserva de cobertura foram os seguintes:

	Justo valor	Impacto imposto diferido	Reserva cobertura (Nota 15)
<b>1 de janeiro de 2018</b>	<b>(12.281)</b>	<b>2.580</b>	<b>(9.702)</b>
Variação de justo valor e ineficácia	(1.366)	492	(875)
<b>31 de dezembro de 2018</b>	<b>(13.647)</b>	<b>3.071</b>	<b>(10.577)</b>
<b>1 de janeiro de 2019</b>	<b>(13.647)</b>	<b>3.071</b>	<b>(10.577)</b>
Variação de justo valor e ineficácia	(14.437)	3.248	(11.189)
<b>30 de junho de 2019</b>	<b>(28.084)</b>	<b>6.320</b>	<b>(21.765)</b>

### Cobertura de justo valor

O Grupo procede à cobertura do risco de taxa de juro associado aos pagamentos de juros a taxa fixa decorrentes das emissões de dívida efetuadas através da contratação de swaps de taxa de juro em que paga uma taxa variável e recebe uma taxa fixa.

O nocional dos derivados designados como cobertura de justo valor, em 30 de junho de 2019, é de 400.000 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2018 era também de 400.000 milhares de Euros). O risco coberto correspondente à variação do justo valor da dívida atribuíveis a movimentos nas taxas de juro de mercado. O objetivo desta cobertura é transformar os empréstimos de taxa de juro fixa em taxa de juro variável, sendo que o risco de crédito não se encontra a ser coberto.

Em 30 de junho de 2019, o justo valor destes swaps de taxa de juro designados como cobertura de justo valor é de 18.258 milhares de Euros positivos (em 31 de dezembro de 2018 era de 10.070 milhares de Euros positivos).

As alterações de justo valor da dívida emitida decorrente do risco de taxa de juro são reconhecidas em resultados, por forma a compensar a variação de justo valor do instrumento de cobertura na demonstração dos resultados do exercício.

À data de 30 de junho de 2019, a alteração de justo valor da dívida de 400.000 milhares de Euros relativa ao risco de taxa de juro reconhecida em resultados foi de 8.241 milhares de Euros negativos (em 30 de junho de 2018 era de 1.151 milhares de Euros positivos), resultando numa componente ineficaz de cerca de 75 milhares de Euros positivos (em 30 de junho de 2018 era de 132 milhares de Euros positivos).

### Derivados de negociação

O forward start swap de taxa de juro detido pelo Grupo teve data de início em junho 2019. Neste derivado, que tem maturidade em 2024, o Grupo paga uma taxa fixa e recebe uma taxa variável.

Este instrumento, apesar de não designado como de cobertura de acordo com a IFRS 9, encontra-se a efetuar a cobertura económica do risco de flutuação das taxas de juro futuras para o período considerado.

O nocional deste derivado de negociação é de 60.000 milhares de Euros à data de 30 de junho de 2019 (em 31 de dezembro de 2018 era de 60.000 milhares de Euros). Esta é uma cobertura do risco de taxa de juro associado aos pagamentos futuros de juros à taxa variável decorrente dos passivos financeiros do Grupo. O risco coberto é o indexante da taxa variável ao qual estão associados os juros dos financiamentos. O objetivo desta cobertura é transformar os fluxos de taxa de juro variável em taxa de juro fixa, sendo que o risco de crédito não se encontra a ser coberto. O justo valor do derivado de negociação, em 30 de junho de 2019, é de 3.750 milhares de Euros negativos (em 31 de dezembro de 2018 era de 2.076 milhares de Euros negativos).

As variações de justo valor do derivado de negociação são registadas diretamente em resultados do exercício. O impacto nos resultados do período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, relativo ao efeito do justo valor do derivado de negociação, foi um gasto de 1.674 milhares de Euros (a 30 de junho de 2018 foi registado um rendimento de 569 milhares de Euros).

## 13 CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" é como se segue:

	Jun 2019	Dez 2018
Caixa	25	-
Depósitos bancários	25.334	35.735
<b>Caixa e equivalentes de caixa na demonstração da posição financeira</b>	<b>25.359</b>	<b>35.735</b>
Descobertos bancários (Nota 16)	(1.582)	(1.638)
<b>Caixa e equivalentes de caixa nos fluxos de caixa</b>	<b>23.777</b>	<b>34.096</b>

## 14 CAPITAL SOCIAL, AÇÕES PRÓPRIAS E PRÉMIO DE EMISSÕES DE AÇÕES

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o capital social da REN encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 667.191.262 ações com o valor nominal de 1 Euro cada:

	Jun 2019		Dez 2018	
	Número de ações	Capital Social	Número de ações	Capital Social
Capital Social	667.191.262	667.191	667.191.262	667.191

Em 30 de junho de 2019, a REN SGPS detinha as seguintes ações em carteira:

	Número de ações	Percentagem de capital social	Valor
Ações próprias	3.881.374	0,6%	(10.728)

Não houve aquisição ou venda de ações próprias no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019.

De acordo com o Código das Sociedades Comerciais, a REN SGPS tem de garantir em cada momento a existência de reservas no Capital Próprio para cobertura do valor das ações próprias, limitando o valor das reservas disponíveis para distribuição.

## 15 RESERVAS E RESULTADOS ACUMULADOS

A rubrica de "Reservas" no montante de 318.582 milhares de Euros inclui:

- Reserva legal: De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital. Em 30 de junho de 2019, esta rubrica ascende a 118.828 milhares de Euros;
- Reserva de justo valor: Inclui as variações nos investimentos em instrumentos de capital próprio a justo valor por outro rendimento integral (53.968 milhares de Euros positivos), conforme detalhado na Nota 10;
- Reserva de cobertura: Inclui as variações do justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura na parte em que a cobertura dos fluxos de caixa é efetiva (21.765 milhares de Euros negativos), os quais encontram-se detalhados na Nota 12; e
- Outras reservas: Esta rubrica é movimentada pela (i) aplicação dos resultados dos exercícios, sendo passível de distribuição aos acionistas, exceto quanto à limitação definida pelo Código das Sociedades Comerciais no que respeita às ações próprias, (ii) variação cambial associada a participação financeira cuja moeda funcional é distinta do Euro, (iii) variação do capital próprio de entidades participadas, registadas pelo método de equivalência patrimonial e (iv) plano de atribuição de ações. Em 30 de junho de 2019, esta rubrica ascende a 167.552 milhares de Euros.

De acordo com a legislação em vigor em Portugal: (i) os incrementos decorrentes da adoção de justo valor (reservas de justo valor e reservas de cobertura) apenas poderão ser distribuídos aos acionistas quando os elementos ou direitos que lhe deram origem sejam alienados, exercidos, extintos, liquidados ou quando se verifique o seu uso; e (ii) os rendimentos e outras variações patrimoniais positivas reconhecidos em consequência da utilização do método da equivalência patrimonial apenas relevam para poderem ser distribuídos aos sócios quando sejam realizados. A legislação vigente em Portugal estabelece ainda que a diferença entre o resultado apropriado pela aplicação do método da equivalência patrimonial e o montante de dividendos pagos ou deliberados referentes às mesmas participações seja equiparada a reservas legais.

## 16 EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

A alocação dos empréstimos quanto à sua maturidade (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, é como se segue:

	Jun 2019			Dez 2018		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos obrigacionistas	30.000	1.717.266	1.747.266	30.000	1.738.207	1.768.207
Empréstimos bancários	56.372	535.168	591.540	200.134	556.430	756.564
Papel comercial	329.500	27.000	356.500	180.000	-	180.000
Descobertos bancários (Nota 13)	1.582	-	1.582	1.638	-	1.638
Locações	1.279	2.356	3.635	1.557	2.776	4.333
	<b>418.733</b>	<b>2.281.790</b>	<b>2.700.523</b>	<b>413.329</b>	<b>2.297.413</b>	<b>2.710.742</b>
Juros a pagar - empréstimos	17.750	-	17.750	24.555	-	24.555
Juros pagos (antecipação)	(6.102)	(21.542)	(27.644)	(6.482)	(22.474)	(28.956)
<b>Empréstimos</b>	<b>430.382</b>	<b>2.260.248</b>	<b>2.690.630</b>	<b>431.401</b>	<b>2.274.939</b>	<b>2.706.340</b>

Os empréstimos obtidos apresentavam o seguinte plano de reembolso previsto:

	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Anos seguintes	Total
Dívida - Não Corrente	-	309.651	117.785	99.111	617.266	199.831	938.146	2.281.790
Dívida - Corrente	367.471	51.262	-	-	-	-	-	418.733
	<b>367.471</b>	<b>360.913</b>	<b>117.785</b>	<b>99.111</b>	<b>617.266</b>	<b>199.831</b>	<b>938.146</b>	<b>2.700.523</b>

O detalhe dos empréstimos obrigacionistas em 30 de junho de 2019 é o seguinte:

30 de junho de 2019					
Data da Emissão	Data de Reembolso	Montante inicial	Capital em dívida	Taxa de juro	Periodicidade de pagamento de juros
<b>Emissões ao abrigo do Programa 'Euro Medium Term Notes'</b>					
26/06/2009	26/06/2024	mEUR 72.899 (i) (ii)	mEUR 72.899	Taxa fixa	Semestral
16/01/2013	16/01/2020	mEUR 150.000 (i)	mEUR 30.000	Taxa variável	Trimestral
17/10/2013	16/10/2020	mEUR 400.000 (ii)	mEUR 267.755	Taxa fixa EUR 4,75%	Anual
12/02/2015	12/02/2025	mEUR 300.000 (ii)	mEUR 500.000	Taxa fixa EUR 2,50%	Anual
01/06/2016	01/06/2023	mEUR 550.000	mEUR 550.000	Taxa fixa EUR 1,75%	Anual
18/01/2018	18/01/2028	mEUR 300.000	mEUR 300.000	Taxa fixa EUR 1,75%	Anual

(i) Estas emissões correspondem a colocações privadas.

(ii) Estas emissões têm associados *swaps* de taxa de juro e/ou de taxa de câmbio.

Em 30 de junho de 2019, o Grupo detém cinco programas de papel comercial no valor de 1.050.000 milhares de Euros, estando disponíveis para utilização 693.500 milhares de Euros. Do valor total dos programas de papel comercial, 530.000 milhares de Euros possuem garantia de colocação.

Em maio de 2019, foi celebrado um Money Market Loan Agreement com a Societe Generale, no montante global de 100 000 milhares de Euros. Esta linha não possui garantia de colocação e a 30 de junho de 2019 encontrava-se totalmente disponível.

Na rubrica empréstimos bancários destacam-se os empréstimos contratados com o Banco Europeu de Investimento (BEI) que, em 30 de junho de 2019, ascendiam a 394.889 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2018 era de 409.388 milhares de Euros).

O Grupo tem ainda 87.500 milhares de Euros em linhas de crédito contratadas e não utilizadas com vencimentos até um ano, sendo renováveis periodicamente de forma automática (caso não sejam denunciadas no período contratualmente estipulado para o efeito).

O saldo da rubrica juros pagos (antecipação) inclui o montante de 19.195 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2018 era de 21.617 milhares de Euros) relacionados com o refinanciamento de emissões obrigacionistas através de uma Exchange Offer, realizado durante o exercício de 2016.

Decorrente da cobertura de justo valor efetuada sobre a emissão de dívida de 400.000 milhares de Euros (Nota 12), foi reconhecida a alteração de justo valor dessas emissões relativa ao risco de taxa de juro diretamente em resultados, no montante de 8.241 milhares de Euros negativos (em 30 de junho de 2018 era de 1.151 milhares de Euros positivos).

Os passivos financeiros do Grupo apresentam os seguintes *covenants* principais: *Cross default*, *Pari Passu*, *Negative Pledge*, rácios de *Leverage* e *Gearing* (rácio que relaciona o capital próprio total consolidado com o valor total dos ativos concessionados do Grupo). O rácio de *Gearing* do Grupo cumpre confortavelmente os limites definidos contratualmente estando 80% acima do valor mínimo.

Os financiamentos celebrados com o BEI incluem ainda *covenants* relacionados com notações de *rating* e outros rácios financeiros em que o Grupo pode ser chamado a prestar uma garantia aceitável para o BEI, no caso de verificação dos rácios ou notações de *rating* abaixo dos níveis estipulados.

O Grupo e as suas subsidiárias são parte em alguns contratos de financiamento e emissões de dívida, que incluem cláusulas de alteração de controlo típicas neste tipo de transações (abrangendo, ainda que de forma não expressa, alterações de controlo em resultado de ofertas públicas de aquisição) e essenciais para a concretização de tais transações no respetivo contexto de mercado. Em qualquer caso, a aplicação prática destas cláusulas é limitada considerando as restrições legais à titularidade de ações da REN.

Segundo normas legais relativas à concorrência, termos contratuais e práticas usuais de mercado nem a REN nem as suas contrapartes em contratos de financiamento estão autorizadas a divulgar outras informações relativamente às características das respetivas operações de financiamento.

## Locações

Os pagamentos mínimos das locações e o valor atual do passivo das locações em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 são detalhados conforme se segue:

	Jun 2019	Dez 2018
<b>Locações - pagamentos mínimos da locação</b>		
Até 1 ano	1.307	1.583
Entre 1 e 5 anos	2.384	2.813
	<b>3.691</b>	<b>4.396</b>
Custos financeiros futuros das locações	(56)	(63)
<b>Valor atual do passivo das locações</b>	<b>3.635</b>	<b>4.333</b>
	<b>Jun 2019</b>	<b>Dez 2018</b>
<b>Valor atual das Locações</b>		
Até 1 ano	1.279	1.557
Entre 1 e 5 anos	2.356	2.776
	<b>3.635</b>	<b>4.333</b>

## 17 OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS DE REFORMA E OUTROS

A REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A. concede complementos de pensões de reforma, pré-reforma e sobrevivência (daqui em diante referido como Plano de Pensões) e assegura aos seus reformados e pensionistas, em condições similares aos trabalhadores no ativo, um plano de cuidados médicos concedendo, ainda, outros benefícios como prémios de antiguidade, de reforma e subsídio de morte (descrito como “Outros benefícios”). O benefício do prémio de antiguidade é extensível às restantes empresas do Grupo.

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o Grupo tinha registado os seguintes montantes relativos a responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios:

	Jun 2019	Dez 2018
<b>Obrigações na demonstração da posição financeira</b>		
Plano de pensões	52.439	56.904
Cuidados médicos e outros benefícios	41.451	41.384
	<b>93.889</b>	<b>98.288</b>

Durante os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 2018, foram reconhecidos os seguintes gastos operacionais, relativos a planos de benefícios com os empregados:

	Jun 2019	Jun 2018
<b>Gastos na demonstração dos resultados (Nota 24)</b>		
Plano de pensões	1.585	2.147
Cuidados médicos e outros benefícios	547	641
<b>Total de Gastos na demonstração dos resultados</b>	<b>2.132</b>	<b>2.788</b>

Os valores reportados em 30 de junho de 2019 e 2018 resultam da projeção da avaliação atuarial efetuada a 31 de dezembro de 2018 e 2017, para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 e 2018, considerando a estimativa de salários para o ano de 2019 e 2018, respetivamente.

Os pressupostos atuariais utilizados no cálculo dos benefícios pós-emprego são os considerados pelo Grupo REN e pela entidade especializada em estudos atuariais como aqueles que melhor satisfazem os compromissos estabelecidos no plano de pensões e as respetivas responsabilidades com benefícios de reforma, detalhados como se segue:

	Dez 2018	Dez 2017
Taxa anual de desconto	1,80%	1,80%
Percentagem expectável de ativos elegíveis para reforma antecipada (mais de 60 anos e 36 anos de serviço) - ao abrigo do ACT	20,00%	20,00%
Percentagem expectável de ativos elegíveis para reforma antecipada por actos de gestão	10,00%	20,00%
Taxa anual de crescimento dos salários	2,50%	2,50%
Taxa anual de crescimento das pensões	1,50%	1,50%
Taxa anual de crescimento das pensões da Segurança Social	1,30%	0,80%
Taxa de inflação	1,50%	1,50%
Taxa anual de crescimento de custos com saúde	1,50%	1,80%
Despesas de gestão (por funcionário/ano)	€290	€306
Taxa de crescimento das despesas de gestão	1,50%	1,50%
Idade de reforma (número de anos)	66	66
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90

## 18 PROVISÕES PARA OUTROS RISCOS E ENCARGOS

A evolução das provisões durante os períodos findos em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é a seguinte:

	Jun 2019	Dez 2018
<b>Saldo inicial</b>	<b>8.852</b>	<b>9.035</b>
Variações de perímetro	-	(20)
Aumentos	-	511
Reversão	-	(210)
Utilizações	(56)	(464)
<b>Saldo final</b>	<b>8.796</b>	<b>8.852</b>
Provisão não corrente	8.796	8.852
	<b>8.796</b>	<b>8.852</b>

Em 30 de junho de 2019, a rubrica de provisões refere-se, essencialmente, à estimativa de pagamentos a serem efetuados pela REN decorrentes de processos judiciais em curso por danos causados a terceiros e uma provisão para reestruturação no montante de 486 milhares de Euros relativa ao processo de reestruturação do Grupo em curso.

## 19 FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

A rubrica de “Fornecedores e outras contas a pagar” em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 apresenta o seguinte detalhe:

	Jun 2019			Dez 2018		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
<b>Fornecedores</b>						
Fornecedores conta corrente (Nota 9)	163.501	-	163.501	208.416	-	208.416
<b>Outros credores</b>						
Credores diversos (Nota 9)	83.692	64.233	147.926	54.935	49.474	104.409
Desvios tarifários (Nota 9)	43.960	61.645	105.605	56.814	63.608	120.423
Fornecedores de investimento (Nota 9)	17.573	-	17.573	52.213	-	52.213
<b>Estado e outros entes públicos (Nota 9) (i)</b>	20.167	-	20.167	24.404	-	24.404
<b>Proveitos diferidos</b>						
Subsídios ao investimento	18.388	250.984	269.372	17.803	254.661	272.465
<b>Acréscimos de custos</b>						
Férias e subsídios e outros encargos férias (Nota 9)	5.992	-	5.992	5.331	-	5.331
<b>Fornecedores e outras contas a pagar</b>	<b>353.273</b>	<b>376.862</b>	<b>730.135</b>	<b>419.917</b>	<b>367.743</b>	<b>787.661</b>

(i) Os saldos de Estado e outros entes públicos referem-se a valores a liquidar de IVA, IRS e outros impostos.

Na composição dos saldos das contas a pagar a fornecedores, onde se incluem créditos diversos no âmbito da atividade do Grupo, destacam-se os seguintes: (i) o montante de 18.811 milhares de Euros, referentes à gestão dos CAE da Turbogás e Tejo Energia (54.796 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2018); o montante de 12.907 milhares de Euros de projetos de investimento ainda não faturados (14.603 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2018); e (iii) o montante de 13.809 milhares de Euros (22.722 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2018) da atividade do Gestor de Mercado (MIBEL – Mercado Ibérico de Eletricidade) e (iv) o montante de 1 milhar de Euros do “CMEC – Custo para a Manutenção do Equilíbrio Contratual” a faturar pela EDP – Gestão da Produção de Energia, S.A., (7.975 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2018), também refletidos na rubrica de “Clientes e outras contas a receber” (Nota 11).

Esta transação configura uma transação de “Agente” na demonstração consolidada dos resultados da REN, facto pelo qual se encontra compensada nessa demonstração.

A rubrica de "Credores diversos" inclui: (i) 23.328 milhares de Euros (25.682 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2018) relativo ao Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia Elétrica ("PPEC"), que visa apoiar financeiramente iniciativas que promovam a eficiência e redução do consumo de eletricidade, que deverá ser utilizado para financiar projetos de eficiência energética, de acordo com as métricas de avaliação definidas pela ERSE e (ii) a responsabilidade referente à contribuição extraordinária sobre o setor energético no montante de 24.390 milhares de Euros (Nota 27) (em 30 de junho de 2018 era de 25.333 milhares de Euros).

## 20 VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido na demonstração consolidada dos resultados, para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 2018, é detalhado como se segue:

	Jun 2019	Jun 2018
<b>Vendas de Materiais</b>		
Mercado interno	17	34
	<b>17</b>	<b>34</b>
<b>Prestações de Serviços - Mercado Interno</b>		
Transporte de eletricidade e gestão global do sistema	173.126	175.065
Transporte de gás natural	41.674	48.629
Distribuição de gás natural	29.356	31.653
Regaseificação	23.337	15.837
Armazenamento de gás natural	7.861	7.775
Rede de telecomunicações	3.177	3.075
Margem do Agente Comercial - REN Trading	1.266	2.235
Outros	636	2.706
	<b>280.434</b>	<b>286.976</b>
<b>Total das Vendas e Prestações de serviços</b>	<b>280.451</b>	<b>287.010</b>

## 21 RENDIMENTOS E GASTOS DE CONSTRUÇÃO

No âmbito dos contratos de concessão enquadráveis na IFRIC 12, a atividade de construção é subcontratada externamente a entidades especializadas. Por conseguinte, o Grupo REN não tem qualquer margem na construção dos ativos afetos à concessão. O detalhe do réditio e dos encargos com a aquisição dos ativos concessionados, nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 2018, é como se segue:

	Jun 2019	Jun 2018
<b>Rendimentos de construção - ativos de concessão</b>		
Aquisições	40.332	30.410
Trabalhos para a própria empresa:		
Encargos financeiros (Nota 5)	1.183	877
Encargos de estrutura, gestão e outros (Nota 5)	8.373	7.989
	<b>49.889</b>	<b>39.277</b>
<b>Gastos de construção - ativos de concessão</b>		
Aquisições	40.332	30.410
	<b>40.332</b>	<b>30.410</b>



## 22 OUTROS RENDIMENTOS OPERACIONAIS

A rubrica de "Outros rendimentos operacionais", para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 2018, é apresentada como se segue:

	Jun 2019	Jun 2018
Reconhecimento de subsídios ao investimento	8.910	8.992
Taxa de ocupação do subsolo	2.348	3.808
Proveitos suplementares	596	1.234
Alienação de materiais inutilizados	840	1.228
Outros	649	299
	<b>13.343</b>	<b>15.561</b>

## 23 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos", para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 2018, apresentava o seguinte detalhe:

	Jun 2019	Jun 2018
Comissões a entidades externas i)	5.100	7.703
Custos de manutenção	5.048	3.407
Custos com energia elétrica	4.137	2.940
Custos de interligação - <i>cross border</i> ii)	2.064	1.291
Subcontratos de transporte de gás	1.702	1.749
Custos com seguros	1.320	1.382
Vigilância e segurança	946	985
Deslocações e estadas	705	607
Custos com publicidade e comunicação	358	427
Outros	1.689	1.686
<b>Fornecimentos e serviços externos</b>	<b>23.070</b>	<b>22.176</b>

i) As comissões pagas a entidades externas referem-se a trabalhos especializados e honorários pagos pela REN por prestação de serviços contratualizados e estudos especializados.

ii) Os custos de interligação – *cross border* - representam o custo das trocas comerciais transfronteiriças.

## 24 GASTOS COM PESSOAL

A rubrica de "Gastos com o pessoal", para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 2018, decompõe-se da seguinte forma:

	Jun 2019	Jun 2018
<b>Remunerações:</b>		
Órgãos sociais	1.454	1.387
Pessoal	19.487	18.070
	<b>20.941</b>	<b>19.457</b>
<b>Encargos sociais e outros gastos:</b>		
Encargos sobre remunerações	4.065	3.913
Custos com benefícios de reforma e outros (Nota 17)	2.132	2.788
Custos de ação social	1.060	1.013
Outros	159	82
	<b>7.416</b>	<b>7.796</b>
<b>Total de Gastos com o pessoal</b>	<b>28.357</b>	<b>27.253</b>

As remunerações dos órgãos sociais incluem as remunerações do Conselho de Administração da REN SGPS e outras empresas do grupo, bem como as remunerações auferidas pela Mesa da Assembleia Geral.

## 25 OUTROS GASTOS OPERACIONAIS

O detalhe da rubrica de "Outros gastos operacionais", para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 2018, é como se segue:

	Jun 2019	Jun 2018
Custos de funcionamento da ERSE i)	5.527	5.107
Taxa de ocupação do subsolo	2.348	3.761
Donativos e quotizações	744	924
Impostos	592	577
Outros	319	371
	<b>9.531</b>	<b>10.740</b>

i) A rubrica de Custos de funcionamento da ERSE refere-se a débitos efetuados pela ERSE a recuperar através das tarifas de eletricidade e do gás.

## 26 GASTOS DE FINANCIAMENTO E RENDIMENTOS FINANCEIROS

O detalhe dos gastos incorridos com financiamentos e rendimentos financeiros obtidos, para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 2018, é como se segue:

	Jun 2019	Jun 2018
<b>Gastos de financiamento</b>		
Empréstimos obrigacionistas	23.950	29.852
Outros empréstimos	6.698	4.702
Papel comercial	1.456	1.755
Instrumentos financeiros derivados	1.768	690
Outros gastos financeiros	785	649
	<b>34.656</b>	<b>37.648</b>
<b>Rendimentos financeiros</b>		
Instrumentos financeiros derivados	1.798	4.786
Outros investimentos financeiros	2.002	188
Juros obtidos	-	1
	<b>3.800</b>	<b>4.975</b>

## 27 CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA SOBRE O SETOR ENERGÉTICO

A Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro, veio introduzir uma contribuição específica sobre as entidades que operam no ramo da energia, denominada Contribuição Extraordinária sobre o Sector Energético (CESE), tendo sido prorrogada pela Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro e pela Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro.

O regime criado visa financiar mecanismos que promovam a sustentabilidade sistémica do setor, através da constituição de um fundo com o principal objetivo de redução do défice tarifário. Encontram-se sujeitas a este regime, entre outras, as entidades que sejam concessionárias das atividades de transporte ou de distribuição de eletricidade e gás natural.

O cálculo da CESE incide sobre o valor dos elementos do ativo com referência ao primeiro dia do exercício económico de 2019 (1 de janeiro de 2019) que respeitem, cumulativamente, a Ativos fixos tangíveis, Ativos intangíveis, com exceção dos elementos da propriedade industrial, e Ativos financeiros afetos a concessões ou a atividades Licenciadas. No caso das atividades reguladas, a CESE incide sobre o valor dos ativos regulados, (isto é, o valor reconhecido pela ERSE para efeitos de apuramento dos proveitos permitidos, com referência a 1 de janeiro de 2019) caso este seja superior ao valor dos ativos referidos, sobre os quais é aplicada a taxa de 0,85%.

Na medida em que se trata de uma obrigação presente cujos factos originários já ocorreram, tendo tempestividade e quantia certas ou determinável, a REN reconheceu um passivo no montante de 24.390 milhares de Euros (Nota 19) (no período de seis meses findo em 30 de junho de 2018 foi de 25.333 milhares de Euros), por contrapartida de um gasto na demonstração consolidada dos resultados.

## 28 RESULTADO POR AÇÃO

Os resultados por ação atribuíveis aos detentores do capital do Grupo foram calculados como se segue:

		Jun 2019	Jun 2018
Resultado líquido consolidado considerado no cálculo do resultado por ação	(1)	51.078	52.823
Nº de ações ordinárias em circulação no período (Nota 14)	(2)	667.191.262	667.191.262
Efeito das ações próprias (Nota 14)		3.881.374	3.881.374
Nº de ações no período	(3)	<b>663.309.888</b>	<b>663.309.888</b>
<b>Resultado básico por ação (euro por ação)</b>	<b>(1)/(3)</b>	<b>0,08</b>	<b>0,08</b>

Pelo facto de não existirem situações que originem diluição, o resultado líquido por ação diluído é igual ao resultado por ação básico.

## 29 DIVIDENDOS POR AÇÃO

No dia 3 de maio de 2019, foi aprovada em Assembleia Geral a distribuição de dividendos aos acionistas, em função do resultado de exercício de 2018, no montante de 114.090 milhares de Euros (0,171 Euros por ação), incluindo o dividendo atribuível às ações próprias no montante de 664 milhares de Euros, tendo sido pago aos acionistas o montante de 113.426 milhares de Euros.

## 30 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

### 30.1 Passivos Contingentes

A Tejo Energia – Produção e Distribuição de Energia Eléctrica, S.A. (“Tejo Energia”) manifestou junto da REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A. (“REN Eléctrica”) e da REN Trading S.A. (“REN Trading”) a sua intenção de renegociar o Contrato de Aquisição de Energia (CAE), de forma a refletir nos montantes a pagar a este produtor os custos, que no seu entendimento lhe seriam devidos, incorridos com (i) o financiamento da tarifa social e (ii) com o imposto sobre produtos petrolíferos e energéticos e com a taxa de carbono. A Turbogás – Produtora Energética S.A. (“Turbogás”) manifestou também a sua intenção de renegociar o CAE, de forma a refletir nos montantes a pagar os custos incorridos com o financiamento da tarifa social.

De acordo com os CAE, a Tejo Energia e a Turbogás atuam na qualidade de produtores e vendedores e a REN Trading na qualidade de comprador da energia produzida nas centrais eléctricas. A REN Eléctrica é solidariamente responsável com a REN Trading, no que respeita à execução do CAE perante a Tejo Energia e a Turbogás. De acordo com as informações recebidas, os custos totais em causa suportados por estas empresas até 30 de Junho de 2019 podem ascender a cerca de 62 milhões de Euros.

Por parte da REN, foi transmitida a interpretação de que a modificação dos contratos, como pretendido, deve ser precedida de opinião prévia e favorável por parte da Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG) e da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), atenta a natureza eminentemente regulada dos contratos em causa.

Embora a Tejo Energia não se tenha conformado com as decisões tomadas, os painéis financeiros constituídos ao abrigo do CAE decidiram já no sentido de indeferir as respetivas pretensões no que respeita aos encargos com a tarifa social da eletricidade bem como com o adicional de ISP e taxa de carbono. No caso da Turbogás, por sua vez, a decisão ainda se aguarda, sendo expectativa da REN que o painel financeiro possa acompanhar o entendimento das decisões anteriores.

## 30.2 Garantias prestadas

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o Grupo tem garantias prestadas às seguintes entidades:

Beneficiário	Objecto	Jun 2019	Dez 2018
BEI	Para garantir empréstimos	228.632	238.143
Direcção Geral de Geologia e Energia	Cumprimento das obrigações de Contratos de Concessão	35.054	23.032
Tribunal da Comarca de Lisboa	Garantir a suspensão do prosseguimento do processo de execução pendente	10.707	10.707
Juiz de Direito do Tribunal de Comarca	Caucionar a expropriação de terrenos	5.549	5.549
Autoridade Tributária e Aduaneira	Garantir a suspensão de processo de execução fiscal	8.416	5.229
Câmara Municipal do Seixal	Garantia de processos em curso	3.133	2.777
Estado Português	Cumprimento das obrigações de Contratos de Concessão	2.185	2.185
Câmara Municipal da Maia	Garantia de processos em curso	1.564	1.564
Câmara Municipal de Odivelas	Garantia de processos em curso	1.119	1.119
Câmara Municipal de Matosinhos	Garantir a liquidação de dívida exequenda e de processos em curso	-	817
Câmara Municipal do Porto	Garantia de processos em curso	368	368
Câmara Municipal de Silves	Garantia de processos em curso	352	352
NORSCUT - Concessionária de Auto-estradas	Assegurar o cumprimento das obrigações assumidas, decorrentes de obras	200	200
EP - Estradas de Portugal	Garantia de processos em curso	169	95
Outros (inferiores a 100 milhares de euros)	Garantia de processos em curso	146	220
		<b>297.596</b>	<b>292.359</b>

## 31 PARTES RELACIONADAS

### Principais acionistas e ações detidas pelos membros dos órgãos sociais

Com referência a 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a estrutura acionista do Grupo REN é a seguinte:

	Jun 2019		Dez 2018	
	Número de ações	%	Número de ações	%
State Grid Europe Limited (Grupo State Grid)	166.797.815	25,0%	166.797.815	25,0%
Mazoon B.V. (Grupo Oman Oil Company S.A.O.C.)	80.100.000	12,0%	80.100.000	12,0%
Lazard Asset Management LLC	46.611.245	7,0%	46.611.245	7,0%
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	35.496.424	5,3%	35.496.424	5,3%
Red Eléctrica Internacional, S.A.U.	33.359.563	5,0%	33.359.563	5,0%
The Capital Group Companies, Inc.	24.355.192	3,7%	25.365.000	3,8%
Great-West Lifeco, Inc.	18.700.365	2,8%	17.794.967	2,7%
Ações próprias	3.881.374	0,6%	3.881.374	0,6%
Outros	257.889.284	38,7%	257.784.874	38,6%
	<b>667.191.262</b>	<b>100%</b>	<b>667.191.262</b>	<b>100%</b>

## Remunerações do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da REN, SGPS foi considerado, de acordo com a IAS 24, como sendo os únicos elementos “chave” da gestão do grupo.

Durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, as remunerações auferidas pelo Conselho de Administração da REN, SGPS ascenderam a 1.205 milhares de Euros (1.163 milhares de Euros em 30 de junho de 2018), conforme quadro seguinte:

	Jun 2019	Jun 2018
Remuneração e outros benefícios de curto prazo	777	735
Prémio de gestão (estimativa)	428	428
	<b>1.205</b>	<b>1.163</b>

## Transações de ações por membros do Conselho de Administração

Durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, não ocorreram situações de transações efetuadas por membros dos órgãos sociais.

## Transações com sociedades em relação de domínio ou de grupo

No exercício da sua atividade, a REN realiza transações com entidades do Grupo ou com entidades em relação de domínio. Os termos e condições praticadas entre a REN e as suas partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

No processo de consolidação, os montantes relativos às transações realizadas e os saldos por liquidar são eliminados (Nota 3.2) nas demonstrações financeiras consolidadas.

As principais transações realizadas entre empresas do Grupo REN foram: (i) financiamentos e suprimentos concedidos pela Empresa-mãe, no âmbito da gestão corrente dos mesmos; e (ii) serviços partilhados pelo Grupo, nomeadamente, serviços jurídicos, administrativos e de informática.

## Saldos e transações com acionistas, empresas associadas e outras partes relacionadas

Durante os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 2018, o Grupo REN efetuou as seguintes transações com acionistas de referência, detentores de participações qualificadas e entidades associadas:

### Rendimentos

	Jun 2019	Jun 2018
<b>Vendas e prestações de serviços</b>		
Faturação emitida - OMIP	-	29
Faturação emitida - REE	875	905
Faturação emitida - Centro de Investigação em Energia REN - State Grid	97	83
<b>Dividendos:</b>		
REE (Nota 10)	3.847	3.595
	<b>4.819</b>	<b>4.612</b>

### Gastos

	Jun 2019	Jun 2018
<b>Fornecimentos e serviços externos</b>		
Faturação recebida - REE	3.001	3.425
Faturação recebida - Centro de Investigação em Energia REN - State Grid	-	1
Faturação recebida - CMS Rui Pena & Arnaut <sup>1</sup>	70	84
	<b>3.071</b>	<b>3.510</b>

<sup>1</sup> Entidade relacionada com o Administrador José Luís Arnaut

### Saldos

Nos períodos findos em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, os saldos resultantes de transações efetuadas com partes relacionadas são como se segue:

	Jun 2019	Dez 2018
<b>Clientes e outras contas a receber</b>		
Centro de Investigação em Energia REN - State Grid - Outros devedores	4	25
REE - Clientes	97	193
	<b>101</b>	<b>218</b>
<b>Fornecedores e outras contas a pagar</b>		
Centro de Investigação em Energia REN - State Grid - Outros credores	-	165
REE - Fornecedores	206	1.051
CMS - Rui Pena & Arnaut - saldo em fornecedores <sup>1</sup>	19	16
	<b>225</b>	<b>1.232</b>

<sup>1</sup> Entidade relacionada com o Administrador José Luís Arnaut

## 32 EVENTOS SUBSEQUENTES

No dia 23 de julho de 2019, a REN celebrou um contrato para a aquisição de 100% do capital social da Empresa de Transmisión Eléctrica Transemel S.A. ("Transemel") às empresas Compañía General de Electricidad S.A. e Naturgy Inversiones Internacionales, S.A., pelo preço de 167 milhões de dólares americanos. O contrato prevê que a conclusão da transação e a efetiva aquisição da Transemel pelo grupo REN se realize no início de outubro de 2019.

A Transemel, cuja receita é aproximadamente 93% regulada, possui e opera 92 Kms de linhas de transmissão elétrica e 5 subestações, localizadas maioritariamente no norte do Chile.

A operação enquadra-se no plano de negócios da REN, que assenta numa estratégia de crescimento conservadora e que privilegia projetos nos setores em que o Grupo REN é especialista, e em mercados com estabilidade económica e quadros regulatórios previsíveis. Este é o segundo investimento que o grupo REN leva a cabo no Chile, depois da aquisição de 42,5% da Electrogas, sociedade que detém e opera o gasoduto que liga o terminal de GNL de Quintero à capital Santiago.

Esta aquisição será financiada com recurso unicamente a dívida externa.

Apesar de continuar atenta a oportunidades de investimento no estrangeiro, Portugal é o foco e o mercado principal da REN, onde continuará a investir de forma a garantir a satisfação das necessidades de infraestruturas de eletricidade e gás natural a longo prazo, com uma orientação permanente para a melhoria do desempenho e qualidade de serviço, a fim de fornecer um serviço fiável, seguro e eficiente ao menor custo possível para o país e para os consumidores.



## O Contabilista Certificado

Pedro Mateus

## O Conselho de Administração

Rodrigo Costa

(Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva)

João Faria Conceição

(Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva)

Gonçalo Morais Soares

(Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva)

Guangchao Zhu

(Vice-Presidente do Conselho de Administração designado pela State Grid International Development Limited)

Mengrong Cheng

(Vogal do Conselho de Administração)

Li Lequan

(Vogal do Conselho de Administração)

Ana Pinho

(Vogal do Conselho de Administração)

Omar Al Wahaibi

(Vogal do Conselho de Administração)

Jorge Magalhães Correia

(Vogal do Conselho de Administração)

Manuel Sebastião

(Vogal do Conselho de Administração e Presidente da Comissão de Auditoria)

Gonçalo Gil Mata

(Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão de Auditoria)

Maria Estela Barbot

(Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão de Auditoria)

José Luis Arnaut

(Vogal do Conselho de Administração)

Nota: As restantes folhas do presente Relatório e Contas foram rubricadas pelos membros da Comissão Executiva e pelo Contabilista Certificado, Pedro Mateus.

## 4. ANEXOS

### 4.1 Declaração de Conformidade

*DECLARAÇÃO PREVISTA NO ARTIGO 246.º, N.º 1, ALÍNEA C)  
DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS*

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 246.º, n.º 1, alínea c) do Código dos Valores Mobiliários, cada um dos membros do Conselho de Administração da REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A., abaixo identificados nominativamente, subscreveu a seguinte declaração que a seguir se transcreve<sup>1</sup>:

*“Declaro, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 246.º, n.º 1, alínea c) do Código de Valores Mobiliários, que, tanto quanto é do meu conhecimento, atuando na qualidade e no âmbito das funções que se me encontram atribuídas e com base na informação que me foi disponibilizada, as demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. (“Sociedade”) e das empresas incluídas no seu perímetro da consolidação, e que o relatório de gestão relativo ao exercício social do primeiro semestre de 2019 expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Sociedade e dessas empresas, naquele período e o impacte nas respetivas demonstrações financeiras, contendo igualmente uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontram.*

*Lisboa, 25 de julho de 2019”*

Rodrigo Costa (Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva)

João Faria Conceição (Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva)

Gonçalo Morais Soares (Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva)

Guangchao Zhu (Vice-Presidente do Conselho de Administração designado pela State Grid Europe Limited)

Mengrong Cheng (Vogal do Conselho de Administração)

Li Lequan (Vogal do Conselho de Administração)

Omar Al-Wahaibi (Vogal do Conselho de Administração)

Jorge Magalhães Correia (Vogal do Conselho de Administração)

Manuel Sebastião (Vogal do Conselho de Administração e Presidente da Comissão de Auditoria)

Gonçalo Gil Mata (Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão de Auditoria)

Maria Estela Barbot (Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão de Auditoria)

José Luis Arnaut (Vogal do Conselho de Administração)

Ana Pinho (Vogal do Conselho de Administração)

---

<sup>1</sup> Os originais das declarações individuais referidas encontram-se disponíveis para consulta na sede da Sociedade.

#### 4.2 Lista de participações qualificadas (Alínea c) do n.º 1 do artigo 9.º do Regulamento da CMVM n.º 5/2008)

Considerando as comunicações efetuadas à sociedade, em particular nos termos do disposto no artigo 16.º do Código dos Valores Mobiliários e no Regulamento da CMVM 5/2008, com referência a 30 de junho de 2019, os acionistas que detinham participações qualificadas representativas de, pelo menos, 2% do capital social da REN, calculados de acordo com o disposto no artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, eram os seguintes:

State Grid Corporation of China	N.º de ações	% Capital social com direito de voto
Diretamente	0	0%
Através da State Grid Europe Limited (SGEL), dominada pela State Grid International Development Limited (SGID), a qual é dominada pela State Grid Corporation of China	166 797 815	25,0%
<b>Total imputável</b>	<b>166 797 815</b>	<b>25,0%</b>

Oman Oil Company SAOC <sup>2</sup>	N.º de ações	% Capital social com direito de voto
Diretamente	0	0%
Através da Mazoon B.V. e da Oman Oil Holding Europe, B.V., que são dominadas pela Oman Oil Company SAOC	80 100 000	12,006%
<b>Total imputável</b>	<b>80 100 000</b>	<b>12,006%</b>

Lazard Asset Management LLC	N.º de ações	% Capital social com direito de voto
Diretamente	0	0
Indiretamente <sup>3</sup>	46 611 245	6,986%
<b>Total imputável</b>	<b>46 611 245</b>	<b>6,986%<sup>4</sup></b>

<sup>2</sup> Em 13 de dezembro de 2017, a Oman Oil Company S.A.O.C. informou a REN acerca de ter reduzido a sua participação qualificada indireta de 15% para 12% no capital e direitos de voto da REN, nos termos descritos em: [web3.cmvm.pt/sdi/emitentes/docs/PQ66755.pdf](http://web3.cmvm.pt/sdi/emitentes/docs/PQ66755.pdf).

<sup>3</sup> Esta participação qualificada, calculada nos termos do artigo 20.º do Código VM, é detida pela Lazard Asset Management LLC por conta de Clientes, e imputável àquela por ter acordado com estes o exercício dos respetivos direitos de voto. A participação qualificada é ainda imputável a (i) Lazard Freres & Co, que detém a totalidade da primeira; (ii) Lazard Group LLC, que detém a totalidade da segunda; e (iii) Lazard Limited, sociedade com as ações admitidas à negociação no mercado NYSE, enquanto controladora daquela.

<sup>4</sup> De acordo com a informação disponibilizada pela Lazard Asset Management LLC em 31 de janeiro de 2019, por referência a 31 de dezembro de 2018.

Fidelidade Companhia de Seguros, S.A. <sup>5</sup>	N.º de ações	% Capital social com direito de voto
Diretamente	35 176 796	5,272%
Através da Via Directa - Companhia de Seguros, S.A., a qual é dominada pela Fidelidade	119 889	0,018%
Através da Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A., a qual é dominada pela Fidelidade	37 537	0,006%
Através da Fidelidade Assistência - Companhia de Seguros, S.A., a qual é dominada pelo acionista comum Longrun <sup>6</sup>	98 732	0,015%
Através da Multicare - Seguros de Saúde, S.A., a qual é dominada pelo acionista comum Longrun <sup>7</sup>	63 470	0,010%
<b>Total imputável</b>	<b>35 496 424</b>	<b>5,320%</b>

Red Eléctrica Corporación, S.A.	N.º de ações	% Capital social com direito de voto
Diretamente	0	0%
Através da sua subsidiária Red Eléctrica Internacional, S.A.U.	33 359 563	5,0%
<b>Total imputável</b>	<b>33 359 563</b>	<b>5,0%</b>

The Capital Group Companies, Inc.	N.º de ações	% Capital social com direito de voto
Diretamente	0	0%
Através da Smallcap World Fund, Inc. <sup>8</sup>	0	0%
Através da Capital Income Builder <sup>9</sup>	24.355.192	3,65%
<b>Total imputável</b>	<b>24.355.192</b>	<b>3,65%</b>

<sup>5</sup> Esta participação qualificada, calculada nos termos do artigo 20.º do Código VM, é imputável igualmente à LongRun Portugal, S.G.P.S., S.A., Millenium Gain Capital, Fosun Financial Holdings Limited, Fosun International Limited, Fosun Holdings Limited, Fosun International Holdings, Ltd. e ao senhor Guo Guangchang, enquanto pessoas singulares ou coletivas controladoras diretas e indiretas da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.

<sup>6</sup> A Longrun detém, igualmente, 80% do capital social da Fidelidade Assistência - Companhia de Seguros, S.A.

<sup>7</sup> A Longrun detém, igualmente, 80% do capital social da Multicare - Seguros de Saúde, S.A.

<sup>8</sup> Em 8 de março de 2019, foi comunicado o seguinte: a) Foram atribuídos poderes à Capital Research and Management Company para exercer os direitos de voto correspondentes às respetivas participações; b) A SMALLCAP World Fund Inc. passa a deter 0 ações representativas do capital social da REN; c) A Capital Income Builder passa a deter 24.355.192 ações representativas de 3,6504% do capital social da REN; e d) Desde a notificação submetida pela The Capital Group Companies, de março de 2017, não foi atingido qualquer limite sujeito a dever de informação.

<sup>9</sup> No comunicado de 8 de março de 2019, informou-se ainda que a Capital Income Builder é a titular das ações do capital social da REN e atribui uma procuração à Capital Research and Management Company, na qualidade de seu consultor financeiro.

GreatWest Lifeco, Inc. <sup>10</sup>	N.º de ações	% Capital social com direito de voto
Diretamente	0	0%
Através dos organismos de investimento coletivo geridos pela Setanta Asset Management Limited <sup>11</sup> , sociedade numa relação de domínio com a Great-West Lifeco, Inc.	18 592 764	2,787%
Através de três subfundos da Beresford Funds plc, gerido pela Irish Life Investment Managers Limited <sup>12</sup>	107 601	0,016%
<b>Total imputável</b>	<b>18 700 365</b>	<b>2,803%</b>

<sup>10</sup> De acordo com as comunicações recebidas pela sociedade de 5 de outubro de 2016 e atualizada em 13 de fevereiro de 2019 e em 19 de julho de 2019, os acionistas controladores últimos da Great-West Lifeco, Inc. são o The Desmarais Family Residuary Trust e os seus *trustees* Sophie Desmarais, Paul Desmarais, Jr., André Desmarais, Michel Plessis-Bélair e Guy Fortin. Os direitos de voto são ainda imputáveis às seguintes sociedades controladas pela The Demarais Trust: Power Financial Corporation, 17123 Canada Inc., Power Corporation of Canada e Pansolo Holdings Inc. Esta participação qualificada resulta da agregação das participações de vários organismos de investimento coletivo geridos por entidades que estão em relação de controlo ou de grupo com a Great-West Lifeco Inc.

<sup>11</sup> Passa-se a indicar os organismos de investimento coletivo e respetivas participações: Balanced Fund, sub-fundo da Summit Investment Funds plc (63 625 ações correspondentes a 0,01% do capital social); Balanced Fund, sub fundo da Summit Mutual Funds plc (23 838 ações correspondentes a 0,004% do capital social); Canada Life Assurance Europe Limited (5 225 120 ações correspondentes a 0,783% do capital social); CF Canlife Global Equity Income Fund (330 807 ações correspondentes a 0,05% do capital social); Growth Fund, subfundo da Summit Investment Funds plc (143 563 ações correspondentes a 0,022% do capital social); Growth Fund, subfundo da Summit Mutual Funds plc (113 504 ações correspondentes a 0,017% do capital social); Irish Life Assurance Plc (6 351 886 ações correspondentes a 0,952% do capital social); London Life Insurance Company (1 616 927 ações correspondentes a 0,242% do capital social); Quadrus Global Dividend Class (1 379 401 ações correspondentes a 0,207% do capital social); Quadrus Global Dividend Fund (888 539 ações correspondentes a 0,133% do capital social); Setanta Global Equity Fund (41 151 ações correspondentes a 0,006% do capital social); Setanta Income Opportunities Fund (131 395 ações correspondentes a 0,020% do capital social); The Great-West Life Assurance Company (520 399 ações correspondentes a 0,078% do capital social); The Canada Life Assurance Company (422.944 ações correspondentes a 0,063% do capital social); Pier 21 Global Equity Fund (142 734 ações correspondentes a 0,021% do capital social); Quadras Global All Cap Equity Fund (6 927 ações correspondentes a 0,001% do capital social); Quadrus Global Equity Fund (65 828 ações correspondentes a 0,01% do capital social). Os direitos de voto inerentes às ações ora referidas são também imputáveis às seguintes sociedades controladas pela Great-West Lifeco, Inc., The Great-West Life Assurance Company, Canada Life Financial Corporation, The Canada Life Assurance Company, Canada Life Capital Corporation Inc, Canada Life International Holdings Limited e The Canada Life Group (U.K.) Limited.

<sup>12</sup> Passa-se a indicar os organismos de investimento coletivo e respetivas participações: Indexed World Small Cap Equity, sub-fundo de Beresford Fund Plc (53 208 ações correspondentes a 0,008% do capital social); Indexed Europe Equity, sub-fundo de Beresford Fund Plc (12 924 ações correspondentes a 0,002% do capital social); Indexed Europe Small Cap Equity, sub-fundo de Beresford Fund Plc (260 247 ações correspondentes a 0,039% do capital social).

### 4.3 Valores mobiliários detidos por titulares dos órgãos sociais

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 19.º do Regulamento do Abuso de Mercado<sup>13</sup> no artigo 447.º do CSC, em particular o respetivo n.º 5, e do artigo 14.º do Regulamento 5/2008 da CMVM, o número de ações detidas pelos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da REN e pelas pessoas com estes relacionadas, nos termos do n.º 2 do referido artigo<sup>14</sup>, bem como todas as suas aquisições, onerações ou cessações de titularidade no período referente ao primeiro semestre de 2019, são, considerando as comunicações efetuadas à sociedade, como se segue:

	Conselho de Administração	Aquisições	Onerações	Alienações	N.º de ações em 30.06.2019
Comissão Executiva	Rodrigo Costa	-	-	-	0 (zero)
	João Faria Conceição	-	-	-	500
	Gonçalo Morais Soares	-	-	-	0 (zero)
	Guangchao Zhu - designado pela State Grid International Development Limited	-	-	-	0 (zero)
	Mengrong Cheng	-	-	-	0 (zero)
	Li Lequan	-	-	-	0 (zero)
	Omar Al-Wahaibi	-	-	-	0 (zero)
	Jorge Magalhães Correia	-	-	-	35.496.424 <sup>15</sup>
Comissão de Auditoria	Manuel Sebastião	-	-	-	35.000
	Gonçalo Gil Mata	-	-	-	0 (zero)
	Maria Estela Barbot	-	-	-	0 (zero)
	José Luís Arnaut	-	-	-	7.587 <sup>16</sup>
	Ana Pinho	-	-	-	0 (zero)

<sup>13</sup> Regulamento (UE) n.º 596/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014.

<sup>14</sup> Compreende as ações dos membros do órgão de administração ou fiscalização da REN, assim como, se aplicável, (i) do cônjuge não separado judicialmente, seja qual for o regime matrimonial de bens; (ii) dos descendentes de menor idade; (iii) das pessoas em cujo nome as ações se encontrem, tendo sido adquiridas por conta do membro do órgão de administração ou fiscalização ou das pessoas referidas em (i) e (ii); e (iv) as pertencentes a sociedade de que o membro do órgão de administração ou fiscalização e as pessoas referidas em (i) e (ii) sejam sócios de responsabilidade ilimitada, exerçam a gerência ou cargos de administração ou fiscalização ou possuam, isoladamente ou em conjunto com pessoas referidas em (i) a (iii), pelo menos metade do capital social ou dos votos correspondentes a este.

<sup>15</sup> Corresponde às ações imputáveis à Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A., as quais lhe são imputáveis para efeitos do artigo 447.º do CSC, em virtude do exercício de Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva dessa sociedade.

<sup>16</sup> Titular de 480 ações em nome próprio e 7.107 ações através da sociedade Platinumdetail - Consultoria e Investimentos, Lda., na qual detém 68% do capital social e onde exerce as funções de gerente.

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 447.º do CSC, em particular o respetivo n.º 5, o número de obrigações detidas pelos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da REN e pelas pessoas com estes relacionadas, nos termos do n.º 2 do referido artigo<sup>17</sup>, bem como todas as suas aquisições, onerações ou cessações de titularidade no período referente ao primeiro semestre de 2019, são, considerando as comunicações efetuadas à sociedade, como se segue:

Conselho de Administração	Aquisições	Onerações	Alienações	N.º de obrigações em 30.06.2019
Jorge Magalhães Correia	-	-	-	1.200.000 <sup>18</sup>

Durante o 1.º semestre de 2019, a REN não foi informada de transações ocorridas durante o exercício a que este relatório respeita relativamente a ações e obrigações da REN, relevantes para efeitos do artigo 14.º do Regulamento 5/2008 da CMVM e do artigo 447.º do Código dos Valores Mobiliários.

<sup>17</sup> Compreende as obrigações dos membros do órgãos de administração ou fiscalização da REN, assim como, se aplicável, (i) do cônjuge não separado judicialmente, seja qual for o regime matrimonial de bens; (ii) dos descendentes de menor idade; (iii) das pessoas em cujo nome as ações se encontrem, tendo sido adquiridas por conta do membro do órgão de administração ou fiscalização ou das pessoas referidas em (i) e (ii); e (iv) as pertencentes a sociedade de que o membro do órgão de administração ou fiscalização e as pessoas referidas em (i) e (ii) sejam sócios de responsabilidade ilimitada, exerçam a gerência ou cargos de administração ou fiscalização ou possuam, isoladamente ou em conjunto com pessoas referidas em (i) a (iii), pelo menos metade do capital social ou dos votos correspondentes a este.

<sup>18</sup> Corresponde às obrigações detidas pela Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. sociedade onde exerce o cargo de Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva dessa sociedade.

## 4.4 Relatório de revisão limitada elaborado por auditor registado na CMVM sobre a informação semestral consolidada



**Ernst & Young  
Audit & Associados - SROC, S.A.** Tel: +351 217 912 000  
Avenida da República, 90-6º Fax: +351 217 957 586  
1600-206 Lisboa www.ey.com  
Portugal

### Relatório de Revisão Limitada de Demonstrações Financeiras Consolidadas

#### Introdução

Efetuámos uma revisão limitada das demonstrações financeiras consolidadas anexas de REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. (a Entidade), que compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 30 de junho de 2019 (que evidencia um total de 5.051.890 milhares de Euros e um total de capital próprio de 1.388.807 milhares de Euros, incluindo um resultado líquido atribuído aos detentores de capital da empresa, enquanto mãe do grupo, de 51.078 milhares de Euros), as demonstrações consolidadas dos resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa relativas ao período de seis meses findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

#### Responsabilidades do órgão de gestão

É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação de demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia, para efeitos de relato intercalar (IAS 34), e pela criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro.

#### Responsabilidades do auditor

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma conclusão sobre as demonstrações financeiras consolidadas anexas. O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a ISRE 2410 - Revisão de Informação Financeira Intercalar Efetuada pelo Auditor Independente da Entidade, e demais normas e orientações técnicas e éticas da ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estas normas exigem que o nosso trabalho seja conduzido de forma a concluir se algo chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras consolidadas não estão preparadas em todos os aspetos materiais de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia, para efeitos de relato intercalar (IAS 34).

Uma revisão limitada de demonstrações financeiras é um trabalho de garantia limitada de fiabilidade. Os procedimentos que efetuámos consistem fundamentalmente em indagações e procedimentos analíticos e consequente avaliação da prova obtida.

Os procedimentos efetuados numa revisão limitada são significativamente mais reduzidos do que os procedimentos efetuados numa auditoria executada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). Consequentemente, não expressamos uma opinião de auditoria sobre estas demonstrações financeiras.

#### Conclusão

Com base no trabalho efetuado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que as demonstrações financeiras consolidadas anexas de REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. em 30 de junho de 2019 não estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia, para efeitos de relato intercalar (IAS 34).

Lisboa, 25 de julho de 2019

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (n.º 178)  
Representada por:

Rui Abel Serra Martins - ROC n.º 1119  
Registado na CMVM com o n.º 20160731



#### **4.5 Relatório e parecer da Comissão de Auditoria sobre informação semestral consolidada (do período de seis meses findo em 30 de junho de 2019)**

No âmbito das competências que lhe estão atribuídas, a Comissão de Auditoria, durante o primeiro semestre de 2019, acompanhou a evolução da atividade da REN – Redes Energéticas Nacionais, S.G.P.S., S.A. e empresas participadas, zelou pela observância da lei, regulamentos e contrato de sociedade, supervisionou o cumprimento das políticas e práticas contabilísticas e fiscalizou o processo de preparação e divulgação da informação financeira, a eficácia dos sistemas de controlo interno, gestão de riscos, bem como a independência e atividade do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo.

A Comissão de Auditoria examinou a informação financeira consolidada contida na secção Desempenho Económico e Financeiro e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas do semestre findo em 30 de Junho de 2019 da REN – REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, S.G.P.S., S.A., as quais compreendem a Demonstração Consolidada da Posição Financeira (que evidencia um ativo total de 5.051.890 milhares de Euros e um capital próprio de 1.388.807 milhares de Euros, incluindo um resultado líquido consolidado no montante de 51.078 milhares de Euros), nas Demonstrações Consolidadas dos Resultados, do Rendimento Integral, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do semestre findo naquela data e no correspondente Anexo.

A Comissão de Auditoria analisou igualmente o Relatório de Revisão Limitada sobre a referida informação semestral consolidada elaborado pelo Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, o qual mereceu o seu acordo.

Face ao exposto, a Comissão de Auditoria é de opinião que a informação financeira consolidada do período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 está de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis.

Lisboa, 25 de julho 2019

A Comissão de Auditoria

Manuel Ramos de Sousa Sebastião

Estela de Magalhães Barbot

Gonçalo Gil Mata

#### 4.6 Contactos

Sendo política da REN facilitar o acesso direto às diversas entidades corporativas do Grupo, são divulgados abaixo os respetivos endereços eletrónicos:

Direção Relações com o Investidor

Ana Fernandes - Diretora

[ana.fernandes@ren.pt](mailto:ana.fernandes@ren.pt)

Alexandra Martins

[alexandra.martins@ren.pt](mailto:alexandra.martins@ren.pt)

Telma Mendes

[telma.mendes@ren.pt](mailto:telma.mendes@ren.pt)

REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.

Relações com o Investidor

Avenida dos Estados Unidos da América, 55

1749-061 LISBOA - Portugal

Telefone: 21 001 35 46

Telefax: 21 001 31 50

E-mail: [ir@ren.pt](mailto:ir@ren.pt)

Direção Comunicação e Sustentabilidade

Margarida Ferreirinha

[margarida.ferreirinha@ren.pt](mailto:margarida.ferreirinha@ren.pt)

REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.

Direção Comunicação e Sustentabilidade

Avenida dos Estados Unidos da América, 55

1749-061 LISBOA - Portugal

Telefone: 21 001 35 00

Telefax: 21 001 31 50

E-mail: [comunicacao@ren.pt](mailto:comunicacao@ren.pt)